

INTERESSE NACIONAL

ANO 19 • NÚMERO 72 • JANEIRO-MARÇO 2026

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Lições que o Brasil precisa aprender sobre o controle da corrupção

Ana Elisa Liberatore S. Bechara

O que a democracia deve absorver das *watch parties*

Damares Medina

Da caverna da Segurança Pública à virada pelas evidências

Alberto Kopittke

Quem vai colar os caquinhos do velho mundo?

Carlos Gustavo Poggio

COP30 demonstrou que a ação climática pode ir além dos textos negociados

André Aranha Corrêa do Lago

Pioneirismo empresarial e transformações globais

Daniel Feffer e Jacques Marcovitch

A ideologia russa na construção de Ivan Ilyin

Denis Lerrer Rosenfield

Entre amizade e interesses: a complexa história Brasil-EUA

Gustavo H. R. Pessoa



INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 19 • Número 72 • Janeiro–Março de 2026

Editora
Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Luis Fernando Figueiredo
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Miguel Lago
Daniel Feffer	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Luis Fiori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Paulista, 326 – 15º Andar – Conjunto 157 – Bela Vista
01310-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 98178 20 99

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

.....

ANO 19 • NÚMERO 72 • JANEIRO – MARÇO DE 2026

04 APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

.....

05 Lições que o Brasil precisa aprender sobre o controle da corrupção

Ana Elisa Liberatore S. Bechara

11 O que a democracia deve absorver das *watch parties*

Dameres Medina

14 Da caverna da Segurança Pública à virada pelas evidências

Alberto Kopittke

24 Quem vai colar os caquinhos do velho mundo?

Carlos Gustavo Poggio

29 COP30 demonstrou que a ação climática pode ir além dos textos negociados

André Aranha Corrêa do Lago

37 Pioneirismo empresarial e transformações globais

Daniel Feffer e Jacques Marcovitch

43 A ideologia russa na construção de Ivan Ilyin

Denis Lerrer Rosenfield

49 Entre amizade e interesses: a complexa história Brasil-EUA

Gustavo H. R. Pessoa

Apresentação

Ano 19 – número 72 – janeiro/março 2026

O TEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA, destaque certo na pauta eleitoral deste ano, é analisado por diferentes prismas na atual edição da *Revista Interesse Nacional*. Os artigos trabalham aspectos diversos e motivados pelo episódio no Rio que deixou mais de uma centena de mortos. Apresentado como grande vitória contra o crime, a ação escancarou o fracasso de uma estratégia de segurança que se repete há 50 anos com incursões policiais de confronto e sem planejamento estratégico de longo prazo. Esse cenário indica que o Brasil precisa lidar com o controle em atos de corrupção para além de perdas e desvios do dinheiro público, já que subsidiam o crime organizado.

Um dos textos rememora dois procedimentos penais – o Mensalão e a Operação Lava Jato –, que promoveram importante alteração na percepção social sobre práticas relacionadas à corrupção, e que precisam avançar. A chave para o enfrentamento não está na punição em si, embora deva existir, mas na valorização da prevenção. Seria fundamental abandonar a análise da corrupção sob a perspectiva individual do agente e considerar a rede de interesses político-econômicos relacionados ao tema em diferentes esferas de atuação.

Outro tema relevante na edição trata das relações internacionais, moldadas após 1945, e que se estilham sob o peso disruptivo da administração de Donald Trump nos EUA. Como o mundo remendará os atuais caquinhos nesse contexto é assunto explorado nos textos. As transformações globais pelo viés do pioneirismo empresarial também ganham destaque, já que vivemos tempos de rupturas tecnológicas, em que as dinâmicas geopolíticas somadas aos desafios ambientais redefinem as regras do jogo econômico e social.

A edição 72 traz ainda cuidadoso balanço da COP30 apontando para o fato de que o enfrentamento da crise climática requer não apenas ambição, mas liderança e cooperação internacional. Mais que isso, aposta que a Conferência em Belém será lembrada como a “COP da implementação”.

BOA LEITURA, OS EDITORES.

Lições que o Brasil precisa aprender sobre o controle da corrupção



■ **ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA** é professora titular de Direito Penal e diretora eleita da Faculdade de Direito da USP

Na primeira década do século XXI, assistia-se a significativo avanço econômico-social do Brasil, que então se revelava no cenário internacional como uma das grandes promessas da economia mundial. A despeito de tal expansão econômica, e de forma paradoxal, chamavam ainda atenção as dificuldades do Estado brasileiro quanto à consolidação da transparência e da boa gestão no âmbito da Administração Pública, prejudicando a concretização de direitos e garantias fundamentais que caracterizam materialmente um Estado Democrático de Direito. Prevalencia, de todo modo, um quadro geral de otimismo, levando a crer que os problemas apontados poderiam ser gradativamente superados no âmbito de uma sociedade cada vez mais desenvolvida.

As esperanças sociais acerca do desenvolvimento democrático do Brasil e, assim, do abandono da condição permanente e intrinsecamente fracassada de “país do futuro” começaram, porém, a ruir naquela primeira década de 2000, a partir da constatação de um quadro de corrupção sistêmica, levado a conhecimento público por meio do caso Mensalão (Ação Penal 470/STF)¹. O denominado “julgamento do século”, que tramitou perante a Suprema Corte, atraiu especial atenção em razão da importância política dos agentes públicos e particulares envolvidos, bem como da gravidade dos delitos imputados, evidenciando o quão frágil era o sistema brasileiro, por permitir a prática de corrupção apta a trazer enormes prejuízos nos âmbitos social, econômico e político.

Naquele caso, de modo até então inédito na história nacional, pôde-se acompanhar de perto as discussões entre os ministros do STF, transmitidas e comentadas em tempo real pelos meios de comunicação, o que abriu a possibilidade de maior compreensão sobre a forma, o conteúdo e os objetivos da aplicação do Direito

Penal. Findo o julgamento e condenados os responsáveis pelos delitos apurados, com a aplicação das respectivas penas, a sociedade viu-se aliviada. Parecia que o caminho ao desenvolvimento democrático brasileiro havia sido retomado, agora de forma mais sólida, em razão da demonstração de suposta capacidade do Estado no enfrentamento e controle da corrupção.

Ocorre que, após curto período, o Brasil voltou a deparar-se com um escandaloso caso de corrupção institucional, desta vez praticada no âmbito de uma de suas principais empresas estatais e envolvendo, em tese, inúmeras empresas privadas e agentes públicos, dos mais diversos partidos políticos, dentre os quais se destacam altos representantes e ex-representantes dos poderes Legislativo e Executivo. Diante da excepcional gravidade dos fatos e da importância político-social dos supostos envolvidos, tal caso, batizado pela Polícia Federal de Operação Lava Jato, atingiu logo em seu início a esfera política nacional, levando a uma situação de não governabilidade generalizada e, assim, de crise. Paralelamente a tal crise política, ou em boa medida em razão dela, passou-se a enfrentar uma grave crise econômica, inédita em suas proporções e desastrosa em seus efeitos, vinculando diretamente a imagem do Brasil à instabilidade democrática e à corrupção. Na esfera jurídica, definitivamente operou-se no Brasil a passagem da fase do “julgamento do século” para a do “século dos grandes julgamentos”.

■ A construção de uma cultura anticorrupção

Nos mesmos moldes do caso Mensalão, a Lava Jato buscou punir de forma exemplar os agentes supostamente responsáveis pelas práticas delitivas – alguns dos quais já haviam sido anteriormente condenados no primeiro caso mencionado, evidenciando o fracasso da finalidade preventiva da pena –, não só a fim de atingir a ideia de justiça, como também de transmitir à sociedade a necessidade da construção de uma cultura anticorrupção. Nesse sentido, porém, parece ter-se dado um passo além, recrudescendo-se sem rodeios a intervenção estatal punitiva, por meio de um processo que quer se mostrar, por si mesmo, um símbolo de combate à corrupção, ainda que o preço a pagar fosse o sacrifício de direitos individuais, vistos como meros obstáculos à eficácia penal. Da mesma forma, a mídia, que à época do Mensalão já tinha tido amplo acesso às informações processuais, passou a ser interlocutora direta dos operadores do Direito, que se dedicam a explicar, por meio de apresentações elaboradas, cada passo da persecução penal, como estratégia de comunicação. Nessa linha, alega-se que a utilização da imprensa é socialmente útil e, por isso, justificada não apenas com o objetivo de transparência, para o fim de responder satisfatoriamente à demanda pelo efetivo controle da corrupção, como também como mecanismo de blindagem do processo penal contra eventuais tentativas escusas de seu comprometimento.

Também os órgãos e agentes públicos envolvidos na perseguição penal distanciaram-se do papel então desempenhado por seus pares no caso *Mensalão*, assumindo, em um contexto atual mais politizado, um nítido protagonismo na tentativa de controle da corrupção, inclusive na esfera legislativa, por meio da propositura de normas, de conteúdo eminentemente penal.

Diante dos dois procedimentos penais mencionados – Mensalão e Operação Lava Jato –, não há dúvidas de que houve importante alteração da percepção social sobre as práticas relacionadas à corrupção, evidenciando-se a necessidade de pôr fim ao "jeitinho brasileiro", expressão que consolidou a corrupção como fenômeno cultural ínsito à nossa sociedade². Independentemente de tal efeito positivo, cabe indagar, porém, que outras lições podem ser extraídas de ambos os casos e que, aparentemente, ainda não foram apreendidas pelo Brasil.

É possível identificar historicamente uma tolerância social da corrupção no Brasil, devida, em boa parte, à desigualdade e ao individualismo com os quais o Estado educou seus cidadãos e conformou o próprio interesse público. Tais fatores levaram à justificação aparente de uma cultura de burla, no âmbito de uma sociedade em que o direito era visto como favor, resultando em atitude de aceitação e impotência que permitiu, durante muito tempo, a conveniente estabilização social nesses moldes³. Nesse sentido, o próprio sistema jurídico funcionou historicamente mais como meio de proteção do Estado contra o ataque de particulares do que como instrumento de regulação estatal a serviço destes. A partir da década de 1980, a divulgação pela imprensa de inúmeros casos envolvendo crimes cometidos por agentes públicos fez com que a sociedade deixasse de lado o mero conformismo em relação a práticas ilícitas, antes tidas como inevitáveis na esfera da Administração, para refletir criticamente sobre o sentido de cidadania e de gestão pública no âmbito democrático⁴. Finalmente, começou-se a perceber a concreta gravidade das implicações da corrupção, apta a prejudicar o desenvolvimento dos cidadãos, no que concerne às possibilidades de participação social efetiva e, assim, a própria manutenção das bases democráticas do Estado.

■ O aprimoramento de mecanismos de controle

Nesse sentido, observa-se que nas duas últimas décadas o Brasil buscou aprimorar-se no estabelecimento de mecanismos de controle da corrupção, o que se coaduna, aliás, com o destaque econômico e social que o país vem assumindo no cenário internacional. A despeito dos merecidos elogios à evolução da estratégia político-criminal brasileira, verifica-se, ainda nessa matéria, a prevalência do Direito Penal, sob o prisma de um ideal de repressão cada vez mais rigorosa e, assim, pretensamente eficaz.

Na prática, porém, os resultados de tal política criminal se apresentam pouco frutíferos, principalmente em razão da falta de coordenação com as outras esferas formais envolvidas. De fato, a média geral de condenações criminais por corrupção em todo o mundo varia entre 4% a 10% dos processos julgados, o que representa porcentual bastante reduzido, mormente se for considerada a enorme quantidade de casos que nem sequer chegam ao conhecimento formal do Estado, permitindo afirmar que o Direito Penal não representa mecanismo eficaz no controle de tais crimes. Assim, embora a divulgação dos casos Mensalão e Operação Lava Jato seja pedagogicamente importante, no sentido de conscientizar a sociedade quanto à intolerância da corrupção, a comunicação social do desvalor das condutas corruptas a partir da aplicação do Direito Penal revela-se, em geral, muito pouco eficiente. Extrai-se daí uma primeira lição: Não cabe pretender transformar a realidade social em matéria de corrupção por meio do Direito Penal. Tal objetivo promocional, além de ser irreal, conforme demonstram as estatísticas, é apto a levar a um perverso quadro de demagogia político-social.

Sob tal perspectiva, no âmbito dos casos Mensalão e Operação Lava Jato, chama atenção a especial notoriedade conquistada pelos magistrados envolvidos, alguns inclusive convertidos em ídolos nacionais. Tal fenômeno deriva do desencanto social frente à política, que acaba por levar a uma politização do Poder Judiciário e, assim, à cobrança de responsabilidade excessiva do juiz de Direito, de quem se passa a exigir respostas eficazes a questões que, na verdade, deveriam ser debatidas e solucionadas, a partir da mobilização social, no âmbito da política. Evidentemente, a despeito de ostentarem imagem heroica na percepção social, os representantes do Poder Judiciário não conseguem atender, por meio da mera aplicação do Direito Penal, à demanda por maior controle de crimes complexos – como já chegou a afirmar o próprio julgador da Operação Lava Jato –, já que estes advêm, em grande medida, dos graves problemas presentes na estrutura da Administração Pública. E a essa conclusão já tinha chegado de forma intuitiva a sociedade brasileira, que embora tenha sido atendida em seu imediato desejo punitivo no caso Mensalão, permaneceu frustrada em suas expectativas concretas, restando patente que a repressão dos envolvidos na esfera penal não implica, por si, mudanças sistêmicas que previnam a ocorrência de novos episódios de corrupção.

Embora a intervenção penal se afirme tradicionalmente como meio por excelência no combate à corrupção, justamente em razão de sua simbologia – aos olhos da sociedade, um indivíduo exposto pela imprensa algemado, sofrendo privação de sua liberdade, soa mais adequadamente punido do que se lhe fossem aplicadas sanções de outros ramos do Direito –, é importante ressaltar que sempre o Direito Penal chega de forma deficiente e tarde demais, lidando com o fracasso: o dano já causado pela conduta criminosa à sociedade. Por isso, a chave para o efetivo

enfrentamento da corrupção não está na punição (embora esta deva também existir), mas sim na prevenção. Sob a perspectiva preventiva, há que se abandonar a análise da corrupção exclusivamente sob a perspectiva individual do agente corrupto, considerado a partir de estereótipo moral, para percebê-la como rede de agentes e interesses político-econômicos relacionados e divididos em distintos momentos e esferas de atuação, ultrapassando, inclusive, as fronteiras nacionais. De outro lado, surge a necessidade de reflexão sobre a implementação de mecanismos que favoreçam a transparência e a fiscalização, diminuindo as zonas de arbitrariedade e de desvios no âmbito da Administração Pública.

O julgamento do caso Mensalão evidenciou que não basta a existência abstrata de instrumentos de controle e códigos de conduta, se esses estiverem limitados ao nível ético, sem possibilidade de concretização. Isso porque os funcionários públicos em geral estão inseridos em sistema em que se privilegia a estabilidade em detrimento da excelência dos serviços prestados, favorecendo-se uma postura individual acomodada em relação à produtividade e aos deveres e princípios inerentes ao cargo. A partir desse quadro de degradação incentivado pela própria Administração, projetada para servir a si mesma, soa ingênuo e ineficaz pretender impor eticamente o dever de probidade, como incentivo negativo (intimidatório) ao funcionário público. O grande incentivo à boa gestão da área Pública deve, ao contrário, decorrer da exigência e reconhecimento material da produtividade, da capacitação e da intolerância de atos de improbidade – o que, aliás, não representa nenhuma novidade em matéria de gestão no âmbito privado. Não se trata de negar a estabilidade dos funcionários públicos, que representa, aliás, necessidade importante para evitar perseguições políticas, mas sim de reconhecer profissionalmente e valorizar o funcionário público não pelo seu cargo, mas pelas atividades exercidas com eficiência e probidade. Esse mecanismo consiste em uma forma mais racional de controle preventivo da corrupção, propiciando uma cultura de intolerância à ilegalidade.

Tudo isso não significa que a apuração penal dos casos de corrupção seja inútil ou desnecessária. Os casos Mensalão e Operação Lava Jato são inegavelmente importantes para a evolução da cultura anticorrupção no Brasil. Da mesma forma, não há dúvida que em pleno século XXI os órgãos de persecução penal devam estruturar-se de forma mais coordenada e técnica, buscando mais eficiência na apuração de casos complexos, assim como é justificável a preocupação com tentativas políticas de prejudicar a justa punição dos responsáveis. O que talvez o caso Mensalão tenha ensinado, de maneira ainda incompreendida, é que a coordenação necessária no controle da corrupção deve ser mais ampla, envolvendo fundamentalmente a esfera preventiva, o que, aliás, é papel do Ministério Público. Somente assim, por meio de uma reforma política e do questionamento direto do próprio modelo de gestão pública, tornando-o coerente

com os princípios e necessidades de um Estado Democrático de Direito Estado – ainda que isso signifique colocar o dedo na ferida e destruir tabus construídos pelo patrimonialismo –, a sociedade brasileira poderá ver dissipada a cortina de fumaça que o espetáculo midiático da aplicação penal lhe impõe e ter sua frustração ■ substituída pela esperança.

■ Notas

1 No âmbito da AP 470, foram condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa importantes figuras da política brasileira, especialmente no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, dentre as quais destacam-se o Ministro da Casa Civil, o presidente e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, então partido do governo, e alguns deputados, além de um ex-diretor do Banco do Brasil.

2 Tal expressão, de difícil tradução a outros idiomas, foi identificada por Keith S. Rosenn como uma forma engenhosa de fazer o impossível, possível; o injusto, justo; e o ilegal, legal. ROSENN, Keith S. *The jeito - Brazil's institutional bypass of the formal legal system and its developmental implications*. HeinOnline, 19 AM, J. Comp. L., 1971, p. 515.

3 Sobre a cultura patrimonialista no Brasil, bem como o processo de formação histórica que propiciou a difusão de práticas corruptas, v. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1975, e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 146 e ss.

4 Conforme anotado por SCHILLING, Flávia. A luta contra a corrupção e a construção democrática: perspectivas de análise. *Revista do Instituto Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD*, n. 8, 1998, p. 30.

O que a democracia deve absorver das *watch parties*



■ **DAMARES MEDINA** é advogada, professora doutora de Direito Constitucional com pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra

As democracias constitucionais têm muito a aprender com um fenômeno aparentemente trivial: as *watch parties*. Elas existiam muito antes desse título se consolidar, mas ganharam, nos últimos anos, dimensão cultural e política que poucas análises compreenderam com profundidade. Na prática, *watch party* é uma forma de amigos ou fãs assistirem ao mesmo conteúdo sincronizadamente e virtualmente, até com a possibilidade de acessar um chat integrado, para, assim, comentar e interagir, em tempo real, participando de uma experiência social mesmo à distância.

O exemplo mais recente vem das iniciativas do Lias, que acompanha os desfiles de alta-costura de Paris e, paralelamente as apresentações exclusivas para ricos, celebridades e compradores profissionais, montam espaços abertos com telões, bebidas e entrada gratuita, para que pessoas comuns assistam, em tempo real, àquilo que, de outro modo, lhes estaria interditado. A lógica é simples, mas o efeito tem densidade. É um deslocamento da exclusividade para a partilha, uma recodificação da experiência estética e social, um gesto de redistribuição simbólica de acesso.

Esse modelo contemporâneo ecoa práticas mais antigas: desde os anos 1990, torcedores se reúnem em praças, bares, teatros e centros culturais para acompanhar jogos, premiações, estreias de filmes ou finais de campeonatos. A lógica é a mesma: criar um espaço alternativo de vivência coletiva de algo que, originalmente, seria consumido individualmente ou restrito a um grupo fechado. O que me interessa aqui não é a dimensão do entretenimento, mas o que essa dinâmica revela sobre o desejo humano de estar junto, de experimentar simultaneamente, de sincronizar afetos no tempo e no espaço. Há, nesse movimento, algo profundamente político, ainda que ele não se apresente como tal. O filósofo Baruch Spinoza já ensinava que os corpos se afetam mutuamente; que a potência de agir aumenta quando agimos com outros corpos; que alegria

é expansão, e tristeza é retração. As *watch parties*, vistas sob essa lente, operam como zonas de intensificação democrática: são espaços de presença compartilhada, onde a experiência se torna pública, mesmo quando o conteúdo não é. Assistir a um desfile no telão não dá a ninguém o poder de comprar uma peça de alta-costura, mas reorganiza a hierarquia do acesso. A distância entre a passarela e a rua se reduz, ainda que simbolicamente, e isso cria um território intermediário, um “entre”, onde o que era exclusivo se torna experimentável.

■ Democratização simbólica do acesso

O que a democracia constitucional pode aprender com isso? Primeiro, que a participação não precisa ser total para ser significativa. As instituições operam, hoje, como se o único momento de presença fosse o voto; como se o eleitor tivesse acesso pleno à democracia apenas no instante da urna. Essa lógica é tão pobre quanto imaginar que assistir ao desfile só faz sentido sentado na primeira fila. A experiência compartilhada de acompanhar o evento — ainda que de longe, ainda que mediada, ainda que reproduzida — cria pertencimento, cria referência, cria vínculo. *Watch parties* são dispositivos de democratização simbólica do acesso, e democracias precisam urgentemente aprender a criar dispositivos semelhantes para o exercício do poder.

Segundo, as *watch parties* produzem comunidade efêmera, e isso não é um defeito: é uma potência. Elas reúnem pessoas que não se conhecem, mas que se reconhecem naquele instante. A democracia brasileira fracassa justamente porque só convoca o povo a existir coletivamente em intervalos longos, formais, ritualizados. Entre uma eleição e outra, cada um volta para sua bolha. A política se reduz às cúpulas estatais, aos gabinetes blindados, às decisões tomadas por elites que não circulam no espaço público. As *watch parties* mostram, ao contrário, que a coletividade pode ser convocada para momentos de presença pulsante, ainda que episódicos. E essa presença, quando institucionalizada, é capaz de criar vínculos de legitimidade.

Por fim, as *watch parties* oferecem um modelo de tradução entre mundos que não conversam. A alta-costura e a rua; o jogo e a praça; o cinema e o bar; o conteúdo exclusivo e a plateia que se reúne para assistir à transmissão. Democracias constitucionais precisam aprender a criar mecanismos que façam o mesmo: espaços que traduzam a técnica jurídica para a experiência cidadã, o processo institucional para o horizonte do público, a decisão abstrata para o impacto cotidiano.

Minipúblicos consultáveis, assembleias rotativas, fóruns deliberativos — todas essas propostas carregam, no fundo, essa lógica de tradução. Elas funcionam

como *watch parties* da política: trazem para perto aquilo que sempre esteve longe, transformam o inacessível em compartilhável, redesenham a relação entre espectadores e atores.

Se quisermos reimaginar as democracias constitucionais para o século XXI, precisamos observar menos o Parlamento e mais o que acontece fora dele. Precisamos olhar para os modos cotidianos de mobilização, para as formas espontâneas de reunião pública, para os ritmos afetivos que orientam encontros no mundo real. Uma democracia que não reconhece o poder desses gestos perde a oportunidade de construir uma arquitetura institucional que parta da vida vivida, e não da abstração jurídica.

As *watch parties* ensinam que o acesso pode ser ampliado sem destruir a forma; que a partilha pode ser criada sem eliminar a exclusividade; que a presença coletiva ainda é a experiência humana mais transformadora. Talvez seja hora de a democracia aprender a se vestir de novo — não para parecer diferente, mas para reencontrar quem a sustenta: as pessoas que se reúnem, que assistem juntas, que querem participar de algo maior do que elas. ■

Da caverna da Segurança Pública à virada pelas evidências



■ **ALBERTO KOPITKE** é advogado, doutor em Políticas Públicas pela UFRGS e mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS. É diretor do Instituto Cidade Segura, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento e especialista internacional em segurança cidadã

A operação policial realizada no Complexo do Alemão em 28 de outubro de 2025 – que mobilizou 2.500 agentes e resultou em 122 mortos, superando o massacre do Carandiru de 1992 – entra para a história como a mais letal já registrada no Brasil. Esse episódio, apresentado como grande vitória contra o crime, na verdade escancara o fracasso de uma estratégia de segurança pública repetida há pelo menos 50 anos: incursões policiais pontuais de confronto sem planejamento estratégico de longo prazo. Trata-se de um ciclo vicioso que, a cada nova operação espetacular, hipnotiza a opinião pública, os governantes e as próprias forças de segurança com a ilusão de uma solução imediata, catalisando debates acalorados enquanto bloqueia a consideração de alternativas reais e eficazes.

Os resultados perversos estão à vista: já são mais de 200 mil mortes violentas apenas no estado do Rio de Janeiro e 14% da superfície urbanizada se encontra sob controle absoluto de grupos criminosos na região metropolitana, subjugando 3,4 milhões de pessoas (30% da população). Longe de resolver a crise de segurança, esse modelo de operação sem planejamento, sobre como retomar esses territórios e deixando todo o problema apenas como se as polícias pudessem resolvê-lo sozinhas, faz parte do próprio problema do Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas, o Rio de Janeiro tem sido palco de inúmeras ofensivas similares. Esses “choques de ordem” periódicos atendem a clamores por ação enérgica, mas carecem de efeitos sustentáveis na redução da criminalidade. Pelo contrário, estudos mostram que o aumento da letalidade policial não se traduz em queda dos indicadores de violência. Uma análise abrangente dos dados de 2003 a 2019 demonstrou não haver associação significativa entre o crescimento das

mortes provocadas por policiais e a diminuição da criminalidade violenta. Em outras palavras, matar mais suspeitos não fez o Rio mais seguro – uma evidência empírica que desmente o mantra popularesco de que “bandido bom é bandido morto”. Na realidade, essa lógica tem servido mais para legitimar políticas ineficazes e letais, sem atacar as causas estruturais da violência.

Ainda mais graves são os efeitos colaterais desse modelo bélico de segurança. As operações constantes nas favelas condenam gerações inteiras a viver sob tiros, sirenes e luto, afetando dimensões sociais muito além das estatísticas criminais. Pesquisas revelam, por exemplo, o impacto devastador da rotina de confrontos armados sobre a educação de crianças e jovens nas comunidades. Escolas fechadas por tiroteios e transtornos psicológicos vêm se tornando parte do cotidiano. Investigação pioneira estimou que estudantes expostos regularmente à violência perdem anos de escolaridade: na Maré, os confrontos frequentes levaram ao fechamento das escolas por 35 dias somente em 2017, o equivalente a 2,5 anos letivos perdidos ao fim da educação básica, se mantida aquela dinâmica. Os dados mostram o aumento da reprovação e da evasão escolar em áreas com operações policiais recorrentes – escolas municipais do Rio com pelo menos seis operações em seu entorno no ano tiveram taxa de reprovação de 4,9%, comparada a 3,1% na média da rede. Ou seja, a violência armada está comprometendo o futuro de crianças destas comunidades, minando a principal ferramenta de mobilidade social: a educação.

Adicionalmente, a pretendida “guerra às drogas” falha em seu próprio objetivo declarado. Ao reproduzir rotina de incursões e tiroteios, essa política não logra reduzir de forma efetiva o comércio de armas e entorpecentes, que servem de justificativa para as operações. Pelo contrário, evidências sugerem que ações repressivas mal focalizadas podem piorar a violência: reprimir pequenos varejistas de drogas sem estratégia abrangente pode gerar disputas e elevar os homicídios, enquanto a militarização das práticas policiais, historicamente, elevou a letalidade sem pacificar os territórios. Ao final, tanto os formuladores quanto os executores dessas operações costumam se esquivar de responsabilidade pelos resultados pífios e pelas vidas perdidas, transferindo culpas e insistindo em soluções de curto prazo que já se provaram insuficientes. Esse ciclo de mais violência gerando mais clamor por violência configura uma espiral perniciososa – uma espécie de transe coletivo em que confunde vingança com justiça e espetáculo com efetividade.

Diante desse diagnóstico contundente, urge perguntar: qual o caminho alternativo para romper esse ciclo e realmente transformar a segurança pública? A boa notícia é que esse caminho existe, está bem delineado conceitualmente e já vem mostrando resultados promissores em experiências concretas. Trata-se da Segurança Pública Baseada em Evidências (SPBE) – um modelo inovador,

integrado e proativo, sustentado por dados científicos e por avaliações rigorosas do que funciona para prevenir e reduzir a violência.

Diferentemente das abordagens reativas tradicionais, a Segurança Pública Baseada em Evidências propõe políticas construídas a partir do conhecimento científico acumulado e da análise criteriosa de dados, em vez de intuições, pressões políticas ou meros impulsos punitivos. Essa abordagem assume que a violência não é mal insondável, mas fenômeno social com causas identificáveis e passível de prevenção por meio de intervenções focalizadas, testadas e adaptadas à realidade local. Em vez de confiar em operações espetaculares de efeito fugaz, a SPBE trabalha com planejamento de curto, médio e longo prazos, monitoramento contínuo de resultados e ajustes conforme evidências.

Na prática, um programa de segurança baseado em evidências articula múltiplos eixos de ação simultâneos, todos informados por estudos de eficácia. Entre os componentes centrais desse modelo, destacam-se:

■ **Prevenção social da violência:** a prevenção à violência baseada em evidências pressupõe programas altamente estruturados, com forte teoria da mudança e fazendo uso das técnicas que tem se mostrado as mais efetivas, como programas de treinamento parental, programas de educação socioemocional, programas de terapia cognitivo-comportamental para jovens em situação de risco intermediário e programas familiares mutissistêmicos, o que tem se mostrado altamente efetivos para prevenir trajetórias de criminalidade.

■ **Urbanismo e redução de vulnerabilidades ambientais:** sabemos hoje que o desenho dos espaços urbanos é elemento fundamental para promover verdadeiras transformações nos ciclos de violência. Embora sozinhas não sejam suficientes, não é possível realizar transformações estruturais sem esse elemento. Urbanização de comunidades, revitalização de áreas degradadas, oferta de equipamentos comunitários, melhoria da mobilidade e acesso a serviços básicos são medidas comprovadamente associadas à queda da violência em várias cidades. A experiência de Medellín, na Colômbia, é emblemática nesse sentido: a prefeitura investiu pesado em urbanismo social – teleféricos ligando favelas isoladas, bibliotecas-parque, parques educativos –, integrando os moradores à cidade formal, combinando esses esforços com bons programas de prevenção e de policiamento, reduzindo drástica e continuamente os homicídios.

■ **Policiamento orientado por dados e focado em problemas:** em vez do policiamento tradicional reativo ou de incursões generalizadas. Atualmente, existem diversas estratégias que já possuem grande evidência de efetividade,

sendo chamadas de policiamento baseado em evidências, que congrega estratégias como policiamento de “hotspots” (focalizando recursos nas áreas de maior incidência de delitos), policiamento orientado a problemas (identificação e intervenção sobre as causas específicas de certos crimes em cada local) e dissuasão focada em grupos violentos, considerada a estratégia mais eficiente do mundo para reduzir homicídios, estratégia das armas, o policiamento orientado por inteligência e contra lavagem de dinheiro para combater o crime organizado e o modelo de gestão *Compstat*, conhecido no Brasil como Gestão Por Resultado e policiamento orientado por dados, que é hoje a melhor evidência nacional.

■ **Justiça criminal eficiente e legítima:** O modelo Risco, Necessidade e Responsividade – RNR, possui evidências robustas de efetividade, conseguindo reduzir até 35% a reincidência criminal dos indivíduos de mais longa e grave trajetória criminal. Aplicado em sistemas de justiça e prisões, o RNR permite quebrar o ciclo de reincidência com tratamentos e acompanhamento, em vez de alimentar facções com novos recrutas em prisões superlotadas, aplicando intervenções adequadas às características individuais dos apenados, incluindo habilidades cognitivas, motivação, perfil psicológico e contexto cultural, com técnicas baseadas em evidências.

Essa abordagem integrada requer a participação direta e intensiva da liderança política, governança multiagências eficiente e uso intensivo de inteligência e informação. Além disso, qualificar a análise criminal, qualificar a capacitação dos policiais e promover parcerias com universidades e centros de pesquisa que tenham experiência prática na implementação e avaliação de programas são ações que fazem parte dessa nova concepção.

Mais que isso, é uma mudança cultural: segurança deixa de ser sinônimo apenas de força e passa a ser tratada como política pública baseada em resultados mensuráveis, similar à saúde ou educação. Assim como um bom gestor de saúde busca evidências do que funciona para combater uma epidemia, um gestor de segurança deve basear seu plano em evidências científicas contra a “epidemia” da violência.

Enquanto intervenções genéricas e pontuais tendem ao fracasso e ainda trazem maior risco de efeitos negativos, as políticas bem planejadas, altamente integradas focalizadas, que utilizam os programas e estratégias que já possuem evidências que comprovam sua efetividade e realização avaliação contínua têm alto potencial de impacto positivo para reverter ciclos de violência.

■ Pelotas e Niterói viram o jogo

O ceticismo diante de propostas inovadoras muitas vezes cede quando

apresentamos exemplos reais de sucesso. No Brasil, duas cidades despontam como laboratórios bem-sucedidos da Segurança Pública Baseada em Evidências: Pelotas, no Rio Grande do Sul, e Niterói, no Rio de Janeiro. Ambas implementaram planos municipais de segurança integrados, fundamentados nos princípios da SPBE e com assessoria técnica especializada – em particular do Instituto Cidade Segura, uma organização da sociedade civil dedicada a difundir esse modelo.

Em Pelotas, a situação em meados da década passada era dramática. Em 2017, a cidade registrou 124 homicídios (CVLIs – Crimes Violentos Letais Intencionais), o pico da série histórica, junto a explosões de roubos e outros crimes, reflexo da guerra entre facções locais pelo controle do tráfico. Diante disso, a prefeita, Paula Mascarenhas, lançou o Pacto Pelotas pela Paz, um plano estruturado em cinco eixos prioritários, cada qual apoiado em programas com evidência de efetividade internacional ou nacional. Com início em 2017, o Pacto adotou iniciativas como: treinamento parental para famílias em risco, desenvolvimento de habilidades socioemocionais em escolas, identificação precoce de jovens propensos à violência, policiamento de “*hotspots*” (pontos quentes) e de “janelas quebradas” com resolução de problemas urbanísticos, além de uma estratégia de dissuasão focada para frear os homicídios.

Essa última entrou em ação em 2018 unindo Judiciário, Polícia Civil e Brigada Militar para enviar recado firme às lideranças das três principais facções: se os homicídios continuassem, aquelas lideranças sofreriam sanções adicionais (transferências para presídios federais, suspensão de benefícios carcerários etc.), e assim ocorreu em alguns casos.

Os resultados em Pelotas foram expressivos e consistentes. Em oito anos desde o início do Pacto, todos os indicadores criminais despencaram, muitos deles em mais de 80%. O número anual de homicídios caiu de uma taxa de mais de 40 por 100 mil habitantes, para próximo de 2 homicídios em 2025, uma queda acima de 95%. Os crimes contra o patrimônio também recuaram drasticamente na cidade: roubos a pedestres caíram mais de 80%, roubos de veículo mais de 90%, entre 2017 e 2024.

Niterói, vizinha a capital fluminense, vivenciou trajetória semelhante. A cidade sempre teve indicadores melhores que o Rio de Janeiro em si, mas enfrentava, até a década passada, tendências preocupantes de aumento da violência letal e patrimonial, dada sua integração urbana com a metrópole. Em 2018, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, lançou o Pacto Contra a Violência, com apoio técnico do Instituto Cidade Segura, através da parceria com a Comunitas, e estruturou 18 projetos estratégicos distribuídos em quatro eixos: Policiamento e Justiça, Prevenção, Convivência e Engajamento e Ação Territorial Integrada.

O plano previu mais de R\$ 300 milhões de investimentos plurianuais em iniciativas de prevenção baseadas em evidências – um dos maiores aportes já feitos por um município brasileiro na área. Em apenas um ano de implementação, Niterói colheu quedas notáveis na criminalidade: comparando janeiro a agosto de 2018 (pré-Pacto) com o mesmo período de 2019, os roubos de rua caíram 26%, os roubos de veículo 21%, e os roubos a estabelecimentos comerciais despencaram 61%. Essa melhoria refletiu-se até na economia local: seguradoras reduziram em quase 50% o valor do seguro de automóvel na cidade, atribuindo o reajuste à queda nos índices de roubo (dados de 2019). Passados sete anos, a queda de letalidade violenta chegou a 80% e a de roubos a 90%.

As evidências globais e os casos de sucesso indicam o rumo, que já tem sido construído por diferentes estados brasileiros que demonstram, na prática, que a Segurança Pública Baseada em Evidências funciona, e que é possível sair do ciclo da violência com gestão responsável, coordenação e compromisso político real.

No Rio Grande do Sul, desde 2019 o governador Eduardo Leite adotou o programa RS Seguro, uma estrutura de gestão por resultados, com metas claras de redução da criminalidade e integração entre Segurança Pública, Ministério Público e Judiciário. O governador assume papel direto de liderança: participando pessoalmente das reuniões mensais de coordenação, garantindo que políticas e ações caminhem de forma coerente, articulada e fiscalizada.

Desde 2023, o estado complementa essa governança com a estratégia de dissuasão focada, coordenada pelo Departamento de Homicídios da Polícia Civil, com o chamado Protocolo das 7 Medidas Contra os Homicídios, criado para enfrentar de forma direta as lideranças dos grupos responsáveis pela maior parte das mortes violentas. A estratégia criou um núcleo integrado de inteligência entre a PC, a PM e a Polícia Penal, que analisa, de forma contínua, a situação dos homicídios. O protocolo se caracteriza por respostas rápidas e resultou numa queda de 60 dos homicídios na região metropolitana de Porto Alegre

O Espírito Santo adotou abordagem integrada de segurança pública, combinando policiamento comunitário, presença constante do Estado — não apenas por forças de repressão, mas por serviços públicos — e programas sociais nas comunidades mais vulneráveis. A lógica é clara: levar o Estado para além da repressão, investindo em cidadania, inclusão social e presença institucional permanente. Com isso, conseguiu reduzir indicadores de violência, reconstruindo a confiança entre comunidade e governo e evitando o ciclo de confrontos e operações avulsas. O Espírito Santo deixou de depender de “megaoperações” e passou a basear sua política de segurança em programas contínuos, construção de redes de proteção e prevenção social, com vigilância institucional permanente e políticas de redução de riscos e vulnerabilidades.

■ Experiências no Maranhão e em Santa Catarina

A crise prisional é um dos pilares estruturais da violência no Brasil. Sem uma reforma profunda no sistema penal e penitenciário, qualquer política de segurança pública estará sujeita a fracassos. Aqui, os exemplos do Maranhão e de Santa Catarina chamam atenção.

No Maranhão, após anos de superlotação, facções em crescimento e elevadas taxas de reincidência, o estado implementou uma série de medidas estruturais no sistema prisional: melhor gestão carcerária, reformas em unidades prisionais, controle rigoroso de facções dentro dos presídios, políticas de ressocialização e monitoramento de egressos. Com isso, a tendência de crescimento da violência foi revertida. O controle prisional efetivo reduziu a capacidade de facções de atuar a partir dos cárceres e a reincidência diminuiu expressivamente. Isso contribuiu para a queda dos homicídios e a desagregação das organizações criminosas atuantes fora das prisões.

Em Santa Catarina, o enfoque adotou critérios de gestão, modernização penitenciária e ressocialização, mas com ênfase adicional em integração com políticas de prevenção social. A conjugação entre prisões mais humanas e eficientes, vigilância adequada, apoio pós-cárcere e programas preventivos gerou uma virada: Santa Catarina passou a figurar entre os estados com menores taxas de criminalidade violenta do país, e o sistema prisional deixou de ser um fator de expansão da violência — tornando-se um elemento de contenção e reabilitação. Esses dois casos mostram que o problema prisional não pode ser ignorado nem tratado como periferia da segurança: a violência do cotidiano urbano, o crime organizado, o tráfico e os homicídios estão fortemente conectados ao que acontece dentro e fora dos presídios. Uma política de segurança que se pretende efetiva deve contemplar também o sistema penitenciário como parte da estratégia integrada — com base em evidência, gestão e metas claras.

■ De Medellín e Bogotá às cidades dos EUA

Além das experiências nacionais, a agenda da segurança baseada em evidências se apoia em *cases* internacionais de sucesso que, embora possuam contextos distintos, oferecem lições importantes. Já mencionamos o caso de Medellín, que abandonou a estratégia de guerra aberta – marcada pela Operação Orión de 2002, incursão militar-policial que deixou dezenas de mortos – e partiu para enfoque centrado em desenvolvimento socioeconômico e inclusão urbanística. O resultado, em duas décadas, foi a mudança radical de uma das cidades mais violentas do mundo para um exemplo global de transformação urbana e redução da violência. Políticas de “urbanismo social” implementadas pelos governos locais construíram

equipamentos públicos nas comunas antes dominadas pelo crime, integrando essas áreas com transporte e serviços – o que trouxe empregos, turismo e esperança aos moradores. A mensagem de Medellín é clara: não se vence o crime apenas com fuzis, e sim com uma combinação de inteligência policial, investimento em educação, cultura, requalificação de espaços e oportunidades para a juventude.

Outra referência vem da capital colombiana: Bogotá, especialmente sob a liderança dos prefeitos Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, nos anos 1990 e 2000, adotou medidas inovadoras de controle de armas, mobilização cidadã e prevenção pela ótica de saúde pública. Campanhas de desarmamento voluntário, restrição ao porte de armas, leis secas em horários críticos, intervenções culturais (como os “Zé-Gotinha” da segurança: mímicos educando motoristas, campanhas de respeito às normas) e melhoria de transportes e iluminação integraram uma estratégia ampla de cultura cidadã. O resultado: a taxa de homicídios de Bogotá despencou de 80 por 100 mil habitantes em 1993 para aproximadamente 13 por 100 mil atualmente, representando queda de mais de 80%.

Embora muitos fatores tenham contribuído – incluindo ajustes nacionais e o fim de conflitos internos – analistas atribuem parcela significativa desse êxito às políticas municipais que trataram a violência como problema social prevenível, envolvendo comunidades e inovando na gestão local. A mensagem de Bogotá: liderança local, criatividade e ações baseadas em evidências (como estudos que identificaram redução de 22% nos homicídios só com o desarmamento) podem salvar milhares de vidas, mesmo em ambientes antes tidos como ingovernáveis.

Nos Estados Unidos, país que por muito tempo apostou em políticas de encarceramento massivo e “guerras às drogas” de viés combativo, os últimos anos trouxeram exemplos notáveis de mudança de abordagem com base em evidências. Cidades como Oakland e New Orleans implementaram planos integrados de redução de homicídios inspirados em estratégias de foco e prevenção. Oakland, através do programa local da dissuasão focada, conseguiu reduzir em cerca de 50% os homicídios e tiroteios em menos de uma década, combinando pressão legal sobre gangues violentas com oferta de apoio e emprego aos membros dispostos a mudar de vida. Nova York, que nos anos 1990 já havia experimentado forte declínio dos crimes com táticas como *Compstat* (gestão por resultados e policiamento orientado por dados) e *problem-oriented policing*, nos últimos anos avançou também em programas de justiça restaurativa e policiamento comunitário em bairros vulneráveis, continuando a manter índices de violência baixos. Em várias cidades americanas, programas de interrupção da violência – nos quais ex-membros de gangues e líderes comunitários trabalham mediando conflitos e dissuadindo retaliações – mostraram resultados positivos, reduzindo tiroteios ao tratar a violência como contagiosa. E, numa frente complementar, localidades

como Camden e Los Angeles investiram na reestruturação das polícias, adotando treinamento baseado em evidências (como táticas de redução de uso da força) e integração com serviços sociais, o que contribuiu para quedas de crimes e melhoria na confiança da população.

Cada exemplo tem suas especificidades, mas todos convergem na premissa de que segurança pública efetiva demanda estratégia, ciência, coordenação e perseverança, não soluções mágicas ou meramente reativas. Ao replicar e adaptar essas lições, o Brasil pode encurtar caminhos rumo a sociedades mais seguras e justas.

Nada disso tem o apelo midiático de uma grande operação com dezenas de mortos. No entanto, é precisamente essa mudança de paradigma – silenciosa, trabalhosa, pautada em evidências – que está salvando vidas onde foi aplicada. O choque retumbante das megaoperações pode até saciar momentaneamente a sede por ação, mas é incapaz de construir a paz no longo prazo. Pelo contrário, como vimos, tende a perpetuar o ciclo de violência. A segurança pública brasileira, especialmente no Rio, precisa urgentemente sair desse transe hipnótico e abraçar a racionalidade e a efetividade que a abordagem baseada em evidências proporciona.

Os exemplos de Pelotas, Niterói, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Maranhão mostram que é possível virar o jogo, de maneira inclusive suprapartidária, pois estas experiências foram implementadas por governos de vários partidos.

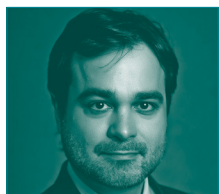
A concepção tradicional tenta calar o debate, afirmando que toda a disposição em contrário é equivocada e que ela é a única salvadora, tal qual Platão nos descreveu no mito da caverna. Mas, estes exemplos concretos que se espalham um pouco por toda a parte nos demonstram que existe um mundo de oportunidades concretas lá fora, guiados pela luz das evidências e da integração.

Chegou a hora de quebrar um ciclo de meio século de violência. A operação do Alemão deve ser lembrada como mais um capítulo da barbárie rotineira que assola o Rio. Mas uma virada é possível e exige políticas de segurança que realmente funcionem. A Segurança Pública baseada em evidências nos fornece o mapa do caminho; cabe-nos a coragem para sair da caverna e ter determinação para seguir um novo caminho. ■

■ Referências Bibliográficas

- ABREU, R. M. (2020). *A redução da criminalidade em Bogotá e Medellín nos últimos trinta anos*. Trabalho de Conclusão de Curso (CAED). Escola Superior de Guerra, Brasília.
- BRAGA, A. A.; Weisburd, D.; Turchan, B. (2019). Focused deterrence strategies effects on crime: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews*, 15, e1051.
- CANO, I.; Rojido, E.; Borges, D. (2025a). *O que funciona para reduzir os homicídios na América Latina e no Caribe? Uma revisão sistemática das avaliações de impacto*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ).
- CANO, I.; Bartholo, T.; Koslinski, M.; Machado, R.; Siracusa, M. (2025b). O impacto da guerra às drogas na educação das crianças das periferias do Rio de Janeiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 68(3).
- CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESeC). (2023). *Tiros no Futuro: O impacto da guerra às drogas na educação municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC/UCAM.
- FONSECA, V. (2025). *Pacto Pela Paz transforma a segurança e faz criminalidade reduzir drasticamente*. A Hora do Sul (Pelotas/RS), 19 out. 2025.
- HIRATA, D.; Couto, M. I. (Orgs.). *Mapa Histórico dos Grupos Armados 2025*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Instituto Fogo Cruzado, 2025. 101 p. ISBN: 978-65-01-82761-2.
- INSTITUTO CIDADE SEGURA. (2023). *Um Plano Nacional para a Segurança Pública do Rio*. Rio de Janeiro: ICS (Relatório Institucional).
- KOPITTKKE, A.; Ramos, S. (2021). *Segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona*. *Revista de Administração Pública*, 55(4), 1034–1056.
- KOPITTKKE, A. (2023). *Manual de Segurança Pública Baseada em Evidências: O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência*. Passo Fundo: Editora Conhecer.
- LOPES, L. (2025). *Lições ao Rio? Como Medellín deixou de ser “cidade mais perigosa do mundo”*. CNN Brasil, 02 nov. 2025.
- MONTEIRO, J.; Fagundes, E.; Guerra, J. (2020). Letalidade policial e criminalidade violenta. *Revista de Administração Pública*, 54(6), 1772-1783.
- MONTEIRO, J.; Rocha, R. (2017). *O impacto da violência armada nas escolas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Relatório de pesquisa).

Quem vai colar os caquinhos do velho mundo?



■ **CARLOS GUSTAVO POGGIO** é professor associado de Ciência Política no Berea College, em Kentucky. É Ph.D. em Relações Internacionais pela Old Dominion University, onde foi bolsista Fulbright, e pesquisador visitante na Georgetown University. É autor de livros como *Brazil, the United States, and the South American Subsystem* (2012)

A cantora Marina Lima pergunta em uma música – lançada na efervescência política dos anos 80, mas que parece ter sido escrita para este momento – “quem vai colar os tais caquinhos do velho mundo?”. A imagem é poderosa. Um vaso uma vez quebrado pode ser colado, mas nunca volta a ser o mesmo. As rachaduras permanecem visíveis, a estrutura perde sua firmeza e algo essencial – a confiança na integridade do objeto – se desfaz. O vaso das relações internacionais, meticulosamente moldado após 1945 e consolidado pelo consenso neoliberal pós-Guerra Fria, não apenas rachou, mas se estilhaçou sob o peso disruptivo da administração de Donald Trump nos Estados Unidos. A questão central, que define o futuro da política global, não é se qualquer outro presidente mais “razoável” ou “normal” pode reverter os danos de um ciclo político, mas se a confiança dos aliados nos EUA, o cimento invisível que unia o vaso da ordem ocidental, não foi permanentemente erodida.

A eleição de Trump, em 2016, não apenas abalou uma tradição política americana; ela expôs fragilidades de um sistema que se acreditava consolidado e revelou que as forças subterrâneas da política – o nacionalismo, o protecionismo, o ceticismo em relação às instituições multilaterais – estavam vivas e prontas para emergir. O ano de 2024 deixou claro que o trumpismo não foi um acidente histórico, mas o sintoma de transformações profundas e, talvez, irreversíveis. Mesmo que outro presidente tente colar os cacos, o vaso da ordem liberal já não tem como recuperar sua forma original.

A principal ruptura não foi apenas ideológica, mas simbólica. Durante décadas, os Estados Unidos foram vistos pelos seus aliados como o pilar de estabilidade e previsibilidade. Podia-se discordar das políticas americanas, podia-se levantar

eventuais acusações de hipocrisia, porém havia um certo consenso sobre a continuidade e o compromisso com a liderança global. Essa confiança foi abalada de forma irreversível e não irá retornar com uma mera troca de inquilino na Casa Branca. Os parceiros de Washington testemunharam, em tempo real, um desprezo explícito por alianças históricas, um questionamento contínuo dos princípios de defesa mútua, como o emblemático Artigo 5 da OTAN, reduzido a uma transação a ser paga e a um uso instrumental das relações bilaterais, transformadas em meras negociações comerciais subordinadas ao mantra “America First”. Essa lição, aprendida em Tóquio, Berlim e até mesmo nas capitais sul-americanas, é inequívoca: os EUA não são mais o fiador absoluto e desinteressado da ordem global. A palavra da Casa Branca revelou-se condicional, volátil e dependente da paixão momentânea de um líder e de suas necessidades eleitorais. É uma mudança que enterra a política externa da estabilidade pela política externa da incerteza.

A Europa, o Japão e mesmo aliados regionais, como a Coreia do Sul e a Austrália, perceberam que o compromisso americano com a ordem liberal não é estrutural, mas contingente, dependente do humor do eleitorado e das dinâmicas internas do país. E uma vez quebrada a confiança, nenhum discurso diplomático é suficiente para restaurá-la. O mundo aprendeu que os Estados Unidos podem, sim, escolher um presidente que despreza alianças, desafia instituições e enxerga parceiros históricos como fardos. Essa percepção muda tudo.

■ A retórica de “América primeiro”

Trump obviamente não inventou o nacionalismo econômico, nem o isolacionismo. Pat Buchanan, na década de 1990, já defendia ideias semelhantes: fronteiras fechadas, protecionismo, hostilidade às instituições multilaterais e uma retórica de “América primeiro”. Mas Buchanan era uma figura periférica, confinada à margem do Partido Republicano. Faltava-lhe tração política. Trump, por outro lado, conseguiu transformar essas ideias em um movimento de massas, impulsionado pelas redes sociais e pela crise de representatividade que corroía as democracias ocidentais. O que era marginal tornou-se *mainstream*.

O trumpismo, mais do que um fenômeno eleitoral, é uma mutação cultural. Ele deslocou o centro do debate político americano, e, por extensão, global. O liberalismo cosmopolita, que por décadas orientou tanto democratas quanto republicanos, perdeu o monopólio da legitimidade. Falar em “muro”, “tarifas”, “soberania nacional” ou “reindustrialização” deixou de ser tabu. Essas ideias agora fazem parte do vocabulário comum de qualquer campanha. Mesmo quem se opõe a Trump precisa, de alguma forma, responder ao universo simbólico que ele criou.

Curiosamente, estamos testemunhando um processo de latino-americanização da

política dos Estados Unidos. O que antes era visto como um fenômeno distante, como o populismo personalista, a política midiaticizada e o uso do Estado como extensão do partido agora é realidade em Washington. Trump transformou a comunicação presidencial em espetáculo, fundindo o espaço público e o privado, o institucional e o partidário. A Casa Branca virou palanque, o Twitter virou diário oficial. O estilo, antes considerado “antiamericano”, agora é parte do repertório político doméstico. A imagem dos Estados Unidos como nação “séria”, racional, institucional e previsível, se perdeu. O espetáculo da política invadiu o espaço da diplomacia. Presidentes tuitando contra aliados, negociando por rede social, anunciando sanções e rompimentos por impulso, tudo isso corroeu a percepção externa de que os Estados Unidos são um ator racional. Em termos weberianos, houve um deslocamento da racionalidade instrumental para uma lógica carismática e emocional.

Essa transformação cultural é profunda, e não se reverte facilmente. Mesmo que um presidente mais moderado assuma o poder, ele o fará dentro de uma estrutura política contaminada pela lógica do espetáculo e pela descrença nas instituições. O Partido Democrata, por sua vez, parece perdido, dividido entre uma ala moderada, que tenta restaurar o passado, e outra que, embora crítica do trumpismo, compartilha parte do seu ceticismo em relação à globalização e ao *establishment*. O impacto disso no sistema internacional é imenso. A diplomacia, por definição, requer previsibilidade e confiança. Sem ela, o cálculo estratégico se torna instável. Países europeus começaram a discutir formas de autonomia estratégica, a Alemanha fala abertamente em defesa própria, a França ensaia um discurso de soberania europeia. A China, por sua vez, observa e se beneficia do vácuo, mas também não oferece um modelo alternativo confiável. Pequim não cola os caquinhos, apenas se move entre eles, aproveitando-se da desordem.

■ Origem em mudanças estruturais profundas

É importante reconhecer que o trumpismo floresceu em um terreno já transformado por mudanças estruturais profundas. O processo de globalização que se acentuou a partir dos anos 1980, prometia prosperidade e integração, mas produziu também desigualdade, ressentimento e a sensação de perda. A revolução tecnológica, agora impulsionada pela inteligência artificial, reorganiza o trabalho e o poder econômico em escala global. O sistema internacional está, portanto, em transição, não apenas por razões políticas, mas civilizacionais. A economia digital, a automação, a concentração de riqueza e o enfraquecimento das classes médias criaram as condições para a política da raiva. O trumpismo, em certa medida, é uma resposta a esse cenário. E os aliados dos Estados Unidos sabem disso. Eles percebem que a instabilidade não é um acidente, mas um sintoma de uma sociedade em mutação. O mundo assiste à crise de um império

que ainda é poderoso, mas já não é confiável, e cuja política interna contamina a credibilidade externa.

Antonio Gramsci famosamente escreveu que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer”. É uma frase que descreve perfeitamente este momento. O velho mundo, o da ordem liberal internacional, das instituições multilaterais e da liderança americana, se desfaz diante de nossos olhos. Mas o novo ainda é incerto. O que virá a seguir? Uma multipolaridade fragmentada? Uma nova bipolaridade EUA-China? Ou uma era de desordem prolongada, sem hegemonias claras?

No provérbio japonês do *kintsugi*, a arte de reparar a cerâmica quebrada com laca misturada com pó de ouro, o vaso é colado, mas suas rachaduras são exibidas, não escondidas, definindo sua nova forma e história. O vaso da ordem global pode ser colado, mas será uma peça fundamentalmente alterada, com as fissuras da desconfiança marcando sua nova composição. O que está à vista é uma ordem multipolar em que os aliados, sentindo-se vulneráveis e expostos à próxima oscilação da política doméstica americana, buscam ativamente uma maior autonomia estratégica.

A Europa, por exemplo, não pode mais contar com a dependência existencial do guarda-chuva de segurança dos EUA. A busca por uma defesa europeia mais robusta e a diversificação de cadeias de suprimentos (o famigerado *de-risking*) são respostas diretas a essa vulnerabilidade. O eixo Berlim-Paris move-se com uma nova urgência para blindar a União Europeia das oscilações de humor de Washington. Do mesmo modo, na região do Indo-Pacífico, aliados como Japão e Coreia do Sul, embora reforcem seus laços de segurança com Washington para conter a China, investem paralelamente em suas próprias capacidades militares e buscam o equilíbrio diplomático, sabendo que o isolacionismo americano ou um novo unilateralismo é uma possibilidade real a cada ciclo eleitoral de quatro anos.

■ Liderança americana sem autoridade simbólica

Nesse vácuo de liderança, nem a China, nem os próprios EUA de hoje, parecem dispostos ou capazes de restaurar o *status quo ante*. A China propõe um novo arranjo centrado em si mesma, uma ordem com “características chinesas”, frequentemente através de coerção econômica e de instituições alternativas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Os EUA, por sua vez, vivem à sombra não apenas de Trump, mas das forças que o Trumpismo liberou e legitimou.

Nesse cenário, o mais provável é que vivamos, nas próximas décadas, em um entrelugar histórico, em que a liderança americana persiste formalmente, mas

sem a autoridade moral e simbólica de antes. As alianças continuarão existindo, mas com reservas. A cooperação internacional seguirá, mas por cálculo, não por convicção. E cada crise, seja na Ucrânia, em Taiwan ou no Oriente Médio, revelará o quanto o mundo confia cada vez menos na constância americana.

O sonho de “voltar ao normal” é uma miragem. Não há retorno possível. A política americana, como o vaso da alegoria, pode até ser colada, mas jamais será a mesma. O trumpismo é mais do que uma fase: é um ponto de inflexão. Ele redefiniu o que é aceitável no discurso público, corroeu as fronteiras entre verdade e opinião, e mostrou que o sistema político americano é mais frágil do que parecia. Os Estados Unidos mudaram, e com eles mudou o mundo. O que emerge é um novo arranjo, mais fragmentado, mais perigoso e mais volátil. A instabilidade e a imprevisibilidade americana são agora um fator permanente no cálculo estratégico de todos os demais atores globais.

A política global das próximas décadas será definida por essa fratura, pela busca incessante dos países por autonomia em um mundo sem fiador, e pela incerteza da forma final desse novo, e já rachado, vaso global. A confiança, uma vez perdida, é o bem mais difícil de reconstruir. E enquanto o novo não nasce, seguimos tentando entender quem, ou o que, poderá colar os caquinhos do velho mundo. O veredito é o que a própria canção de Marina já anunciava, sem meias palavras e com a força inegável do colapso: “Quebrou, não tem mais jeito”. ■

COP30 demonstrou que a ação climática pode ir além dos textos negociados



■ **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO** é economista, diplomata e presidente da COP30 – Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas. Foi diretor dos Departamentos de Energia e de Meio Ambiente no Ministério das Relações Exteriores do Brasil e embaixador no Japão e na Índia

A 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Belém do Pará, de 10 a 22 de novembro de 2025, representou um marco simbólico ao situar, pela primeira vez, uma conferência do clima no coração da Amazônia – e de volta ao país da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), quando, em 1992, a Convenção foi adotada no Rio de Janeiro.

Ao celebrar o décimo aniversário do Acordo de Paris, a COP30 reafirmou o compromisso coletivo com seus objetivos e formalizou transição de três décadas marcadas por negociações complexas para uma fase orientada à implementação efetiva e à transformação estrutural das economias e das sociedades.

A COP30 ocorreu em cenário internacional de elevada complexidade, no qual tensões geopolíticas e crises socioambientais convergiram para testar os limites do multilateralismo. Nesse contexto, a realização da conferência na Amazônia buscou ampliar o sentido político do encontro, reiterando a centralidade da ciência, da proteção dos ecossistemas e do desenvolvimento sustentável, com ênfase nas soluções para o combate à pobreza no contexto de urgência do combate à mudança do clima.

Para alavancar a mobilização, a Presidência brasileira da COP30 lançou o Mutirão Global contra a mudança do clima: um chamado à cooperação coletiva para enfrentar a crise climática, fortalecendo o multilateralismo e acelerando a implementação de soluções. Inspirado no conceito indígena de “mutirão”, o Mutirão buscou soluções conjuntas para criar espaços de consenso e confiança, substituindo a lógica adversarial por colaboração. Em essência, o Mutirão simboliza que a cooperação é a melhor tecnologia disponível, guiando a humanidade com solidariedade, equidade e ação acelerada para mudar o rumo diante da crise climática.

A preparação da COP30 pelo Brasil se baseou na busca por três objetivos, identificados, desde 2023, pelo presidente Lula:

- (1) Reforçar o multilateralismo e o regime de mudança do clima;
- (2) Conectar o regime climático à vida real das pessoas e à economia real;
- (3) Acelerar a implementação do Acordo de Paris para além da UNFCCC.

Esses três objetivos se materializaram a partir de ações divididas em quatro pilares de atuação:

- (1) Mobilização: engajamento de públicos diversos e de vozes plurais na preparação e na própria conferência. Juventudes, povos indígenas, movimentos sociais, setor privado, governos subnacionais e comunidades tradicionais foram atores essenciais nessa frente.
- (2) Cúpula de Líderes: espaço de sinalização política de alto nível, no qual líderes globais renovaram compromissos, deram sinalizações estratégicas e alinharam prioridades.
- (3) Negociação: processo técnico e diplomático, no âmbito da UNFCCC, para construção de consensos entre as partes em torno de decisões-chave.
- (4) Agenda de Ação: articulação de atores não estatais em torno de compromissos voluntários e soluções práticas, complementando o processo formal e gerando ambição, visibilidade e impacto no mundo real.

Como presidente da COP30, transmiti as ideias norteadoras e chamados à ação por meio de 11 cartas, divulgadas à comunidade internacional ao longo de 2025. Além de apresentar o panorama geral dos planos da presidência para a COP30 e de estruturar o trabalho até a conferência, as cartas trataram dos principais temas da negociação (como adaptação e transição justa), apresentaram a Agenda de Ação, convidaram a sociedade civil e o setor privado a ter participação ativa, defenderam a ideia de mutirão para uma transição da negociação para a implementação e convocaram os negociadores a concluir o “Pacote de Belém” nos dias finais das negociações.

A presidência da COP30 inovou ao criar um conjunto de grupos destinados a ampliar o diálogo, fortalecer a mediação e acelerar a construção de convergências:

(1) Círculos

Para dar mais amplitude à mobilização global contra a mudança do clima, a presidência da COP30 lançou quatro Círculos de Liderança:

- (i) o Círculo dos presidentes de COP, liderado pelo presidente da COP21, Laurent Fabius, reuniu pela primeira vez os presidentes de COPs desde 2015, para apresentar reflexões sobre a aceleração da implementação do Acordo de Paris, o fortalecimento do multilateralismo e a governança climática global;
- (ii) o Círculo dos Povos, coordenado pela ministra de Povos Indígenas, Sonia Guajajara, com o principal objetivo de aumentar a capacidade de escuta de demandas e contribuições de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e afrodescendentes junto à presidência da COP30;
- (iii) o Círculo de ministros de Finanças, liderado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na realização de consultas e discussões sobre a mobilização de US\$ 1,3 trilhão de financiamento climático para países em desenvolvimento;
- (iv) o Círculo do Balanço Ético Global, sob coordenação da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para a realização de diálogos em diferentes regiões, reunindo lideranças políticas, culturais, indígenas, afrodescendentes, de comunidades tradicionais, artistas, filósofos, empresários, religiosos, entre outras, para um chamado global à ação climática, informado pela ética, pela diversidade cultural e valorização da ciência.

(2) Enviados Especiais

Apoiaram no engajamento e na escuta de setores e regiões prioritários para o sucesso da COP30, atuando como canais diretos para apresentar demandas e pedidos para a presidência da COP30. Foram sete enviados internacionais representando as regiões África, América do Norte, América Latina e Caribe, Europa, Oceania, Oriente Médio e Sul da Ásia; e 22 enviados nacionais para os temas agricultura, agricultura familiar, bioeconomia, cultura e indústria criativa, direitos humanos e transição justa, energia, esportes, florestas, governos subnacionais amazônicos, igualdade racial e periferias, Integridade de informação, mulheres, oceanos, saúde, setor empresarial, setor privado amazônico, sindicatos, sociedade civil, sociedade civil amazônica, soluções urbanas, povos indígenas e representação do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

(3) Conselhos

A presidência também convidou especialistas para integrar órgãos consultivos e técnico-estratégicos para fortalecer a preparação e a condução da Conferência.

- (i) Conselho de Adaptação, dedicado à avaliação de vulnerabilidades e soluções territoriais;
- (ii) Conselho Científico, responsável por sistematizar cenários e evidências;
- (iii) Conselho de Economia, Finanças e Clima, que analisou instrumentos de

financiamento e trajetórias de transição econômica e desempenhou um papel central na concepção do Mapa do Caminho Baku-Belém;

- (iv) Conselho de Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial, que identificou ferramentas e modelos para acelerar as políticas climáticas.

■ A Cúpula do Clima de Belém

A cúpula de líderes – tradicionalmente realizada nos primeiros dias da COP – antecedeu formalmente a conferência, reunindo mais de 30 chefes de Estado e Governo em 6 e 7 de novembro de 2025.

Líderes globais reafirmaram que a adaptação climática deve ser tratada como investimento estratégico, não como agenda secundária. Foi reforçado que a mobilização de recursos é condição essencial para proteger meios de subsistência, infraestrutura e sistemas alimentares ameaçados pelo aquecimento.

Além disso, a Cúpula resultou na adoção do Compromisso Belém 4X sobre Combustíveis Sustentáveis, com o objetivo de multiplicar por quatro, até 2035, o uso de combustíveis sustentáveis; e na criação da Coalizão Aberta de Mercados de Carbono Regulatórios, visando estabelecer parâmetros regulatórios confiáveis entre os países signatários. Já a adoção da Declaração de Belém sobre o Combate ao Racismo Ambiental reforçou a dimensão de justiça social e direitos humanos nas políticas climáticas, reconhecendo que a desigualdade racial e socioeconômica está profundamente interligada às vulnerabilidades climáticas.

Belém marcou o início da capitalização do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), com aportes somados de mais de US\$ 6 bilhões, provenientes de países como Alemanha, França, Indonésia, Noruega e Portugal, além de Brasil e de investidores filantrópicos. O diálogo com investidores potenciais, públicos e privados, continuará rumo à meta de médio prazo de alcançar um fundo de US\$ 125 bilhões, combinando US\$ 25 bilhões em capital soberano de países patrocinadores e US\$ 100 bilhões de investidores institucionais.

O Chamado de Belém pelo Clima, do presidente Lula, convocou a comunidade internacional à ação urgente, para dar novo ímpeto à luta contra o aquecimento global. O chamado apresenta propostas concretas de ações para resgatar a confiança mútua e o espírito de mobilização coletiva pelo bem comum, destacando o multilateralismo como único caminho para enfrentar um desafio global. Foram marcantes, durante a cúpula, as intervenções do presidente Lula convocando os países a debaterem a elaboração de um mapa do caminho para o fim da dependência dos combustíveis fósseis.

Essas decisões políticas de alto nível deram à COP30 mandato claro para priorizar ações climáticas integradas, com foco em justiça, inclusão e resultados concretos – ampliando o escopo do debate climático além da mitigação tradicional, englobando pobreza, fome, equidade e adaptação.

■ Os resultados das negociações

A conferência consolidou consensos importantes sobre a necessidade de intensificar o financiamento climático, fortalecer a adaptação e aprimorar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Houve reconhecimento explícito da urgência de alinhar as metas nacionais com o objetivo global de limitar o aquecimento planetário, reforçando o papel de florestas, biodiversidade e territórios tropicais na mitigação e na adaptação climática.

Entre os resultados da negociação, no chamado “Pacote de Belém”, a decisão “Mutirão Global” reafirmou a determinação em aumentar a ambição coletiva ao longo do tempo, passando das negociações para a implementação, agora que o Acordo de Paris e seus ciclos estão plenamente em andamento. A decisão define o espírito da COP30: uma mobilização global contra a mudança do clima por ocasião da celebração do 10º aniversário do Acordo de Paris, acelerando a implementação e a cooperação para responder à urgência nesta década crítica. Os seguintes mecanismos de implementação ajudarão a efetivar esse processo:

- O Acelerador Global de Implementação: uma iniciativa colaborativa e voluntária lançada sob a liderança das presidências da COP30 e COP31 para apoiar os países na implementação de suas NDCs e Planos Nacionais de Adaptação (PNAs).
- A Missão Belém para 1,5 °C: uma plataforma orientada para a ação sob a liderança das COP29-COP30-COP31, visando promover maior ambição e cooperação internacional em mitigação, adaptação e investimento.

Outro resultado do “Pacote de Belém” foi a criação do Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa, um novo instrumento para apoiar os países a garantir que a transição para economias sustentáveis seja justa e inclusiva.

Essa foi também a COP da adaptação. Além da adoção dos indicadores voluntários para medir avanços na construção de resiliência, no marco do Objetivo Global de Adaptação, foi anunciada a decisão de triplicar o financiamento internacional para adaptação até 2035, com novos dispositivos para assegurar que parcela significativa desses recursos chegue a populações mais vulneráveis – aquelas menos responsáveis pelas mudanças climáticas, mas mais afetadas por seus impactos. Essa promessa reforça o reconhecimento de que adaptação – historicamente

subfinanciada – é parte essencial da equação climática, sobretudo para países em desenvolvimento.

O chamamento do presidente Lula por uma decisão sobre o fim da dependência dos combustíveis fósseis, embora não tenha sido incorporado formalmente nas negociações, desencadeou debate global sem precedentes sobre o futuro dessas fontes de energia, de forma crescente ao longo da conferência. Apesar da ausência de consenso – com diversos países defendendo uma linguagem explícita e muitos outros se opondo – as repercussões indicam engajamento da comunidade internacional para aprofundar e dar continuidade a essa discussão de forma mais estruturada. Portanto, se do ponto de vista formal o tema não foi incluído na COP, o fato político se consolidou.

■ A Agenda de Ação

A Agenda constitui pilar das conferências do clima responsável por mobilizar ações climáticas voluntárias de atores não estatais, como os governos subnacionais, setor privado, sociedade civil e movimentos sociais. Seu objetivo é acelerar a redução de emissões, fortalecer a adaptação e impulsionar a transição para economias sustentáveis, em apoio direto à implementação do Acordo de Paris.

A Agenda de Ação da COP30 estruturou o trabalho de mais de 480 iniciativas, que reúnem 190 países, além de dezenas de milhares de empresas, investidores, governos subnacionais e organizações da sociedade civil, para apoiar a implementação do Balanço Global (Global Stocktake, GST).

A Agenda foi organizada em 30 objetivos-chave em torno de seis eixos temáticos:

- (i) transição de energia, indústria e transportes; (ii) proteção de florestas, oceanos e biodiversidade; (iii) transformação da agricultura e dos sistemas alimentares;
- (iv) resiliência em cidades, infraestrutura e água; (v) desenvolvimento humano e social; e (vi) potencializadores e aceleradores transversais, como financiamento, tecnologia e capacitação.

Por meio da Agenda de Ação, transformou-se o Balanço Global em uma bússola para a ação climática multissetorial, reunindo cidades, regiões, empresas, investidores, sociedade civil e nações. Cerca de 120 Planos para acelerar soluções que promovam mudanças reais foram anunciados, englobando iniciativas focadas em nossos sistemas de energia, florestas, oceanos e na vida diária das pessoas. Recorde-se que entre os 30 objetivos-chave, o Brasil incluiu o tema “transição para

o afastamento dos combustíveis fósseis, de forma justa, equitativa e equilibrada”. Eventos no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre 3 e 5 de novembro, apoiados pela presidência da COP30, contribuíram como prévias das iniciativas que seriam anunciados em Belém, demonstrando o engajamento do setor privado e de outros atores. No Rio de Janeiro, foi realizado o “COP30 Local Leaders Forum”, com a presença de diversos representantes de governos locais e entidades subnacionais. Em São Paulo, realizou-se o “COP30 Business and Finance Forum”, que promoveu diálogos entre representantes de governo e do setor privado, cujos resultados também foram levados a Belém.

■ Os Mapas dos Caminhos

A conferência também foi marcada pelo anúncio, no último dia, da criação de dois “mapas do caminho” de iniciativa da própria presidência da COP30, visando gerar impulso e mobilização em torno de estratégias e ações concretas para implementar o balanço global: o Mapa do Caminho para interromper e reverter o desmatamento; e o Mapa do Caminho para a Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa. O primeiro visa discutir como deter e reverter o desmatamento, enquanto o segundo abordará os desafios econômicos e sociais da transição energética, apontando formas de expandir opções de baixo e zero carbono, levando em consideração as circunstâncias nacionais e regionais.

Ainda em 2025, o governo federal, por meio de despacho do presidente Lula publicado no Diário Oficial da União em 8 de dezembro, deu início aos trabalhos de elaboração do “mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, com vistas à redução gradativa da dependência de combustíveis fósseis no país”. Conjuntamente, deverão ser propostos mecanismos de financiamento adequados à implementação da política de transição energética, incluindo a criação de fundo para a transição energética, cujo financiamento será custeado por parcela das receitas governamentais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural.

A COP30 marcou grande passo na ênfase da necessidade de adequação da arquitetura financeira internacional para se alinhar com a urgência e a escala da crise climática. Os países tomaram nota do “Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3T”, um documento construído em colaboração entre as presidências da COP29 e da COP30, que destrincha formas para escalar os fluxos de financiamento climático para pelo menos US\$ 1,3 trilhão anualmente até 2035, com forte foco na mobilização público-privada e melhor acesso para países em desenvolvimento.

■ Conclusão

A COP30, conjuntamente com a Cúpula do Clima de Belém, reafirmou o multilateralismo, demonstrando que os países seguem engajados na luta contra a mudança do clima. A Presidência da COP30 buscou evidenciar que, ainda que em meio a cenário internacional conturbado, é possível avançar para uma agenda climática mais inclusiva, pragmática e comprometida com resultados concretos.

Os efeitos duradouros da COP30 vão além dos espaços formais da negociação sob as Nações Unidas. O realinhamento de capitais, o fortalecimento de iniciativas voluntárias e a crescente mobilização de governos subnacionais, dos movimentos sociais e do setor privado indicam que a ação climática pode avançar independentemente da velocidade do consenso diplomático e em coordenação com os múltiplos organismos internacionais que tratam do tema de energia.

Ao convocar um mutirão global, ao integrar justiça social à ação climática e ao inovar em instrumentos de mediação e participação, a COP30 confirmou que o enfrentamento da crise climática requer não apenas ambição, mas liderança e cooperação internacional. A conferência em Belém, portanto, inaugura uma nova fase para o regime climático, marcada por maior compromisso com a ação. Por isso, queremos que a COP30 seja lembrada como a “COP da implementação”. ■

Pioneirismo empresarial e transformações globais



■ **DANIEL FEFFER** é graduado em Direito pelo Mackenzie, com especializações em Harvard, MIT (EUA) e IMD (Suíça). É vice-presidente do Conselho de Administração da Suzano S/A, presidente da Fundação Arymax, do Instituto Ecofuturo e da International Chamber of Commerce – Brasil



■ **JACQUES MARCOVITCH** é professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária e do Instituto de Relações Internacionais, ambos da USP. É autor da trilogia “Pioneiros e Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil”, e integra o conselho do Institute of International and Development Studies

Vivemos em uma era em que as rupturas tecnológicas, as dinâmicas geopolíticas e os desafios ambientais redefinem constantemente as regras do jogo econômico e social. Em momentos históricos distintos, entre 1890 e 1930, entre 1945 e 1980 e novamente entre 1990 e 2025, o mundo experimentou ondas profundas de inovação e imprevisibilidade, exigindo dos líderes empresariais uma capacidade singular de se antecipar, adaptar e reinventar. Nesse cenário, o empreendedor pioneiro emerge como protagonista fundamental para moldar um futuro sustentável e inclusivo. Este artigo convida a refletir sobre os paralelos entre esses períodos, as dimensões essenciais para o desenvolvimento integrado e os novos papéis estratégicos que o empreendedorismo pioneiro deve assumir para navegar nas complexas interseções entre tecnologia, segurança e governança global.

■ Paralelos e rupturas: análise das transformações

A comparação entre os períodos de 1890-1930, 1945-1980 e 1990-2025 revela paralelos fascinantes e contrastes significativos. Embora os fatores subjacentes a cada época sejam distintos, os intervalos caracterizam-se por profundas mudanças, rápidas evoluções, elevada incerteza e muita imprevisibilidade.

Entre 1890 e 1930, surgiram pioneiros e pioneiras do pensamento empreendedor,

que moldaram os rumos da tecnologia e da indústria, abrindo caminhos para novas formas de pensar e agir. Suas trajetórias podem iluminar os caminhos do século XXI, estimulando a inovação, a resiliência e a visão de futuro. Naquele período, segunda fase da Revolução Industrial, que impulsionou o crescimento urbano, a eletricidade, o automóvel, o avião e o telefone transformaram radicalmente a vida cotidiana e os padrões de produção. A década de 1920 trouxe prosperidade para muitos países, mas também instabilidades financeiras que culminaram na Grande Depressão de 1929.

Empresários resilientes e inovadores conseguiram se adaptar e prosperar mesmo diante de incertezas, o que se observa também entre 1945 e 1980. Nesse período, algumas grandes inovações, como o lançamento do primeiro computador eletrônico, em 1946, e, especialmente, do primeiro computador pessoal viável, em 1972, pela Apple, impactaram profundamente os hábitos e o consumo e proporcionaram avanços significativos em produtividade, além de impulsionarem setores como o de exploração espacial e o de uso de satélites.

Entre 1990 e 2025, o mundo testemunhou a consolidação da era digital, em que a internet e as tecnologias da informação transformaram profundamente a comunicação, os negócios e a cultura. Após o término da Guerra Fria, os Estados Unidos confirmaram-se como principal potência mundial, mas, mais tarde, também a China emergiu como novo protagonista global, e novas tensões surgiram. Temas ambientais, especialmente o das mudanças climáticas, passaram a ocupar lugar central nas discussões internacionais, demandando soluções inovadoras e imediatas.

■ Ambiente saudável para prosperidade econômica

Prosperidade econômica e legitimidade política dependem de valores compartilhados, confiança pública e consistência institucional nas relações entre Estado, empresas e sociedade. O desenvolvimento é uma responsabilidade compartilhada entre políticas públicas, setor privado e academia, cada qual contribuindo para formar competências, gerar inovação e garantir estabilidade institucional. Desenvolver-se é estar preparado, bem formado, competitivo e ser capaz de transformar conhecimento em valor produtivo diante de rápidas transições tecnológicas, exigências crescentes de sustentabilidade e competição global intensa. A seguir, destacam-se sete temas mobilizadores para as práticas concretas de cooperação para o desenvolvimento.

O primeiro tema articula educação, ciência, tecnologia e inovação como pilares estruturantes do desenvolvimento, vinculando diretamente a formação de competências ao futuro da economia. Exige sistemas educacionais capazes de

formar profissionais técnicos, científicos e digitais e ampliar efetivamente o acesso de mulheres às áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), agenda de equidade, mas também vetor estratégico de competitividade: países que expandem a participação de mulheres em tecnologias emergentes multiplicam sua capacidade de inovar, diversificar soluções e fortalecer a produtividade de toda a economia. Essa base de competências abre novas possibilidades de trabalho em setores com maior produtividade, apoiando o crescimento econômico sustentável, serviços tecnológicos e manufaturas avançadas, o que fortalece a classe média. Ao permitir que mais trabalhadores alcancem empregos qualificados e salários melhores, o país estimula um ciclo positivo de mobilidade social, competitividade e desenvolvimento sustentável.

O segundo tema destaca a economia digital e a inteligência artificial como os principais motores atuais da produtividade. Para ampliar as oportunidades de trabalho qualificado, aumentar a eficiência dos serviços públicos, promover empresas inovadoras e fortalecer a competitividade internacional, é essencial investir em infraestrutura digital, garantir dados confiáveis, promover algoritmos transparentes e incentivar a inclusão tecnológica, bem como combater a propagação de informações falsas e a economia ilícita associada ao crime organizado e ao terrorismo.

O terceiro tema busca promover cadeias produtivas sustentáveis, reconhecendo que a transformação das cadeias de valor em vetores de inclusão produtiva e de regeneração ambiental é também um diferencial de competitividade. Tornar-se referência em sustentabilidade é um compromisso ético e uma vantagem econômica concreta em mercados que já privilegiam fornecedores com baixo risco ambiental, social e regulatório.

O quarto tema propõe reorientar o comércio internacional em direção à equidade e à sustentabilidade, integrando os princípios do *fair trade*. A abertura econômica precisa ser acompanhada de compromissos com produtividade, inovação e inclusão produtiva. Exportações de bens e serviços de baixo carbono, diversificação geográfica e setorial e maior conteúdo tecnológico agregam valor à economia e alinham o país às metas globais de sustentabilidade. O comércio exterior se consolida como uma estratégia nacional para ampliar competitividade, reduzir vulnerabilidades e posicionar o país como protagonista em mercados sustentáveis.

O quinto tema propõe alinhar finanças sustentáveis à atração de investimentos, redefinindo o papel do sistema financeiro como aliado estratégico da transição energética e do desenvolvimento sustentável. Isso significa associar métricas de criação de valor na concessão de crédito, nas decisões de investimento, na gestão de portfólios e de impacto ambiental, além de construir ambientes de negócios

saudáveis, capazes de oferecer segurança regulatória, previsibilidade e competição com regras estabelecidas. Tais ambientes fortalecem a confiança dos investidores, estimulam inovação e consolidam uma visão de país baseada em estabilidade institucional, responsabilidade climática e desenvolvimento sustentável.

O sexto tema destaca a importância de garantir equilíbrio fiscal e concorrência leal para melhorar as regras multilaterais sobre subsídios. Um sistema tributário mais simples, estável e coerente para reduzir assimetrias entre os setores físico e digital. A ampliação de receitas sustentáveis, a transparência dos benefícios fiscais e a redução de litígios fortalecem a competitividade e a confiança no ambiente de negócios.

O sétimo tema consiste em consolidar a integridade e a transparência como princípios de cooperação. A confiança pública e o investimento responsável dependem de instituições robustas, éticas e estáveis. Mais do que eficiência administrativa, é necessário que governos e empresas adotem padrões de governança aberta, *compliance* efetivo e auditoria independente, reduzindo o custo e o tempo de conformidade e fortalecendo a segurança regulatória.

Portanto, o futuro da cooperação internacional dependerá menos da imposição de normas e mais da construção compartilhada de valores. Integridade, sustentabilidade e consistência institucional, além de princípios éticos, são ativos estratégicos de um novo modelo de desenvolvimento, no qual prosperar e cooperar são parte de um mesmo compromisso global.

■ **Papel do empreendedor: tomar risco para o desenvolvimento**

Na perspectiva de Daron Acemoglu, Prêmio Nobel de Economia em 2024, o desenvolvimento econômico depende diretamente da natureza das instituições, isto é, as regras, normas e estruturas políticas e econômicas que organizam a interação humana na sociedade. Podem ser formais, como leis, ou informais, como tradições e costumes. Na esfera mundial, exemplos incluem OCDE, BIS, FMI, que moldam incentivos, induzem a cooperação e determinam o acesso a recursos. Para Acemoglu, instituições inclusivas promovem crescimento econômico e inclusão social ao garantir direitos de propriedade, um sistema judicial imparcial e eficiente, participação política ampla e representativa, liberdade econômica com concorrência justa e educação pública acessível. Esses pilares contribuem para o desenvolvimento do capital humano, incentivam a assunção de riscos com o objetivo de fomentar a inovação e o investimento e ampliam as oportunidades efetivas de mobilidade social.

Joel Mokyr, Prêmio Nobel de Economia em 2025, defende que um ambiente propício à experimentação e inovação pode promover maior participação

na economia, respeitando sempre a dignidade humana. Ele ressalta que o progresso depende de esforços conjuntos entre o setor público e o privado, como demonstra a relação entre incentivos e inovação. Assim, cabe ao empreendedor reunir iniciativas que estimulem a inovação e aumentem as oportunidades de emprego e, aos gestores públicos, estabelecer instituições eficientes e fomentar parcerias capazes de acelerar o avanço tecnológico e a disseminação de novas ideias.

■ Integrando habilidades e adaptabilidade para o futuro

Promover o empreendedorismo pioneiro exige compreender que o desenvolvimento é fruto de um esforço consciente de líderes que unem visão, responsabilidade e adaptabilidade. Em meio a mudanças tecnológicas, climáticas e geopolíticas constantes, estar pronto implica integrar três dimensões complementares.

A primeira é dominar habilidades técnicas emergentes, como letramento em dados, engenharia de *prompt*, ferramentas digitais avançadas e fundamentos de cibersegurança. Em um cenário em que a inteligência artificial reorganiza setores inteiros, a capacidade de compreender, orientar e auditar sistemas tecnológicos torna-se crucial.

A segunda é investir em habilidades humanas: pensamento crítico, resolução de problemas complexos, criatividade, comunicação e inteligência emocional – competências que ganham valor à medida que as tecnologias avançam e permitem interpretar contextos incertos, tomar decisões orientadas por valores e manter a capacidade de diálogo em ambientes de alta polarização.

A terceira dimensão é cultivar uma mentalidade adaptativa, ou seja, aprender e desaprender rapidamente, lidar com ciclos econômicos voláteis, reconstruir trajetórias profissionais e fortalecer a resiliência individual e institucional, sem perder a direção.

A construção do futuro empresarial deve integrar-se a um projeto nacional coletivo, no qual educação e investimentos se alinhem à busca por prosperidade sustentável. Tal futuro depende de um ambiente de negócios robusto, cadeias produtivas conectadas, finanças orientadas para ações ambientais e políticas públicas fundamentadas em métricas de impacto. Também é essencial promover uma ampla classe média, fator de estabilidade, inovação e competitividade internacional. Nesse projeto de país capaz de dialogar com os grandes fluxos globais de valor, o comércio exterior é rota estratégica para expansão da base produtiva e aumento da competitividade.

As transformações profundas observadas nos períodos históricos citados revelam que o pioneirismo empresarial é um motor indispensável para enfrentar os desafios geopolíticos, econômicos e sociais. O desenvolvimento sustentável e inclusivo demanda a articulação integrada entre educação, inovação, tecnologia, governança e sustentabilidade, em um ambiente que promova confiança, transparência e cooperação entre os diversos atores sociais. Para construir um futuro resiliente e competitivo, é fundamental que indivíduos, empresas e governos adotem uma postura proativa, investindo em habilidades técnicas e humanas, e mantenham uma mentalidade adaptativa. Assim, o pioneirismo do século XXI poderá fomentar prosperidade compartilhada, equidade e responsabilidade ambiental, consolidando um projeto coletivo capaz de posicionar o Brasil e outras nações de forma relevante e sustentável no cenário internacional. ■

■ Referências bibliográficas

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown Publishers, 2012.

FUNDAÇÃO ARYMAX. *Inclusão Produtiva*. São Paulo: Fundação Arymax, s. d. Disponível em: <https://arymax.org.br/inclusao-produtiva/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ICC BRASIL. “ICC Brasil, Instituto Semeia e FGV Global Business lançam a série ‘Inserção Internacional Brasileira: Caminhos para o Futuro’”. *ICC Brasil*, 1 set. 2025. Disponível em: <https://www.iccbrasil.org/icc-brasil-instituto-semeia-e-fgv-global-business-lanca-a-serie-insercao-internacional-brasileira-caminhos-para-o-futuro/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MARCOVITCH, J.; BRUNO, M. C. O. *São Paulo e os Pioneiros: Novos Encontros*. São Paulo: Publicações BBM, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587936079>.

MOKYR, J. *A Culture of Growth: The Origins of the Modern Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

OECD. *Measuring Science and Innovation for Sustainable Growth*. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1787/3b96cf8c-en>.

OECD. *PISA 2022 Technical Report*. Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1787/01820d6d-en>.

OECD. *Unlocking the Potential of Women in Science and Research*. Paris: OECD, 3 mar. 2025. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/blogs/2025/03/unlocking-the-potential-of-women-in-science-and-research.html>. Acesso em: 21 nov. 2025.

UNESCO. “Women and the Digital Revolution”. In: *Unesco Science Report 2021*. S. l.: Unesco, 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/reports/science/2021/en/women-digital-revolution>. Acesso em: 21 nov. 2025.

UNCTAD. *Digital Economy Report 2024: Shaping an Environmentally Sustainable and Inclusive Digital Future*. Geneva: UNCTAD, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publication/digital-economy-report-2024>. Acesso em: 12 nov. 2025.

WORLD BANK. *The Equality Equation: Advancing the Participation of Women and Girls in STEM*. Washington, DC: The World Bank, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/789951595308672516/pdf/Main-Report.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

WIPO. *Global Innovation Index 2025: Innovation at a Crossroads*. Geneva: WIPO, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34667/tind.58864>.

A ideologia russa na construção de Ivan Ilyin



■ **DENIS LERRER ROSENFELD** é filósofo pela Universidade Nacional Autônoma do México, em doutor em filosofia pela Universidade de Paris e pós-doutor na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines. Leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A invasão da Ucrânia e a autocracia de Vladimir Putin deitam raízes na ideologia russa, e não podem ser simplesmente identificadas aos interesses atuais da Rússia como se estivéssemos diante de um fenômeno simplesmente geopolítico. Não se trata, por exemplo, de conter um eventual expansionismo da OTAN. A geopolítica russa expressa uma forma de sua mentalidade que é avessa, senão refratária, aos valores ocidentais e, por extensão, às categorias que informam o seu pensamento. Dever-se-ia, portanto, prestar mais extensão à forma cultural e religiosa que lhe deu origem, vindo a influenciar decisivamente as decisões do Kremlin e, em particular, de Putin. Uma de suas maiores expressões é Ivan Ilyin.

Preliminarmente, vejamos alguns dados biográficos que nos permitam melhor avaliar a sua importância. Nascido em Moscou, em 1883, teve de abandonar a União Soviética devido à perseguição comunista, tendo se estabelecido em Berlim em 1922. Após o colapso da União Soviética em 1991, foi objeto de uma espécie de renascimento, suas obras ganhando ampla divulgação e sua influência estendendo-se ao nível propriamente político. Putin o cita frequentemente em seus discursos, tendo ele sido mencionado nos discursos presidenciais de 2005 e 2006, e no ano seguinte no Conselho de Estado. Em 2009, o presidente depositou flores em seu túmulo no Monastério de Sretensky¹, tendo sido ele o patrono de suas exéquias, pois tinha sido enterrado na Suíça em 1954. O filósofo veio a ser, então, considerado por Putin e seus colegas como uma espécie de profeta que forneceria os fundamentos da nova ideologia².

Advogava por um forte poder central e era favorável à anexação da Ucrânia e do Cáucaso, não possuindo esses países nenhum direito próprio em relação à Rússia, da qual deveriam fazer parte. Inicialmente próximo dos nazistas, tendo o seu escritório no Ministério da Propaganda de Goebbels, terminou por ter problemas com a Gestapo, o que o obrigou a deixar o seu trabalho em 1935, movendo-se, depois, para

a Suíça. Não aceitava um ponto importante da doutrina nazista segundo o qual os eslavos, portanto os russos, eram uma outra classe de sub-humanos. Em relação a Hitler, considerava que o ditador tinha prestado um grande serviço à Europa por ter impedido a bolchevização da Alemanha³. Diante dos testemunhos das atrocidades nazistas, considerou que isto era simplesmente decorrente das emoções judaico-liberais, expressando claramente o seu antissemitismo.

Para ele, estava em questão a contraposição entre duas particularidades, a russa, ortodoxa, e a ariana, afirmando o valor sagrado da primeira que terminaria se impondo, inclusive pela força, sobre todas as demais. Mais particularmente, ele elabora filosoficamente sua posição em uma leitura original do conceito de mal, de repercussões políticas e geopolíticas. Politicamente, o mal estaria exemplificado na experiência comunista, soviética, que é o inimigo a ser combatido. E ele o combate desde a perspectiva da Igreja Ortodoxa na defesa do Cristo, tendo sustentado ardorosamente o Exército branco em sua guerra contra o Exército vermelho. Seu pensamento é, sob essa ótica, um pensamento engajado, expondo-se como um ideólogo em sua luta política. Note-se, por outro lado, que os comunistas tinham uma pauta claramente antirreligiosa, antiortodoxa, apresentando-se como ateus, embora o seu exercício de poder tenha sido o de uma concepção teológico-política, impondo pela violência a sua própria doutrina.

Filosoficamente, segundo ele, o “mal é sobretudo a *inclinação espiritual do homem*”; “inerente a cada um de nós, há vivendo dentro de nós um *desejo passional* de provocar a besta interior, uma espécie de força gravitacional que procura sempre expandir o seu campo de atuação e tomar conta de nós completamente”⁴. Tome-se, então, o espiritual em sua acepção propriamente hegeliana, correspondente à que hoje consideráramos em sua significação religiosa, política e cultural, concretizada em concepções, valores e costumes. Ganha ele uma conotação espiritual, que pode ser, por sua vez, definida como uma ação racional voltada para a maldade, seguindo os seus próprios parâmetros. Neste sentido, esta força de natureza espiritual pode libertar a besta existente em todo homem, vindo, sob certas condições históricas, a tomar conta inteiramente dele.

Note-se, a propósito, que sua concepção da maldade vai além de Hegel, imprimindo-lhe uma dimensão propriamente ontológica, existencial, e não apenas moral, daí derivando a luta contra o ateísmo e bolchevismo. Entretanto, convém assinalar que a luta contra o ateísmo e o bolchevismo tem significações distintas, na medida em que o ateísmo é uma corrente intelectual que nega a existência da Ideia de Deus, colocando-se como um desafio intelectual, próprio de um processo civilizatório que se caracteriza pela disputa de ideias, sem que nenhuma predomine politicamente.

Trata-se de uma disputa interior a uma sociedade democrática, e não de uma cruzada contra o mal. No caso do bolchevismo, o seu significado é outro, visto que estamos diante de um movimento político, revolucionário, que se voltou contra a própria ideia de uma sociedade russa ancorada em valores religiosos e, mais geralmente, de uma luta à morte contra o capitalismo e a democracia, embasados, por sua vez, na liberdade.

■ O mal teria uma força positiva

Teologicamente, o mal visa à destruição de Deus, em uma oposição radical à Criação. Havendo uma força gravitacional que propulsionaria o homem para a maldade, sendo, em contraposição, a Igreja Ortodoxa a força que pode impedir o desenlace desse processo. O mal teria, então, uma força positiva, não se caracterizando somente em uma oposição ao bem, embora moralmente adquira também essa significação. Não se trata somente de uma natureza pulsional do homem, mas intelectual e racional, constituindo um “mundo psíquicoespiritual”⁵. Sua tradução política consiste em uma realidade que se concretiza em instituições e forças que lutam pela implantação da maldade. Eis por que se torna necessária uma conjunção das forças humanas, práticas, políticas, culturais e religiosas para que este enfrentamento, inclusive de natureza escatológica, se faça no palco do mundo.

Ilyin ressalta que, nesta luta contra o mal, objetivamente falando nada vale retirar-se do mundo, apenas cultivar a subjetividade, sendo imperioso confrontá-lo, quando possível, através da persuasão, senão pela força, pelas armas. Em tal confronto, não vale nem a mera afirmação moral da subjetividade, nem, tampouco, a tolerância entre as várias religiões e credos, pois, neste caso, um credo ateu seria uma forma travestida da maldade. A reclusão subjetiva seria uma espécie de resignação diante do mal, uma fuga na interioridade e, portanto, uma derrota na objetividade do mundo.

Neste sentido, são acerbos suas críticas à Igreja católica por ter renunciado à sua missão, retirando-se ou ausentando-se do controle do Estado, assim como a protestante por ter se abrigado na interioridade. Logo, segundo sua concepção, seria a Igreja Ortodoxa Russa, expressão de uma superioridade civilizatória e não somente teológica, que teria como missão levar a cabo a salvação do mundo, a começar pelos Estados eslavos. Isto significa que a Igreja Ortodoxa estaria justificada para impor, mesmo coercitivamente, seu credo a todos os que dela discordem, pois seria a representante divina em sua luta contra a maldade.

A coerção, forma de imposição externa, não é, por si só, algo que possa ser considerado como nocivo, mas pode ser igualmente um instrumento do bem ao seguir parâmetros espirituais e uma firmeza da vontade na imposição desses valores. Seu argumento, na verdade, era o mesmo utilizado pela Inquisição

espanhola, que funcionaria como seu modelo. De nova conta, trata-se da imposição da particularidade russa que teria uma verdade e vontade absolutas por ser religiosa, e não universal, preponderando sobre outros credos e religiões. Logo, na ausência da eficácia da persuasão política, ou melhor geopolítica, pode tomar o seu lugar a coerção militar, como estamos observando hoje na Ucrânia, com os russos impondo sua forma de “russianidade”, com apoio da Igreja Ortodoxa, a partir de sua ideia própria de Império. Segundo essa perspectiva, ela estaria recuperando um território “perdido”, a própria noção de perda pressupondo evidentemente que se tinha uma coisa, sobre a qual se exercia um direito.

Observe-se que a formulação de Ilyin é, de um lado, hobbesiana, baseada no choque de corpos, de pessoas (ou grupos políticos, sociais e nações) que simpatizam ou antipatizam com as outras em um estado natural produtor de conflitos, e, de outro, é cristã, segundo a qual o homem é um ser que naturalmente peca e sofre, causando dor em outro. O homem seria, então, um “sujeito sofredor”⁶, que deveria ser objeto de amor e piedade. Contudo, o esforço pela piedade não é simplesmente religioso, moral, voltado para reerguer o próximo, para salvá-lo, mas deve se fazer pelo exercício da autoridade, do Estado.

Segue-se daí a aversão de Ilyin e, depois dele, Alexandre Dugin, pelos valores ocidentais, identificados ao relativismo, ao hedonismo, ao apego aos bens materiais, à tolerância pelos princípios e religiões dos outros, ancorando-se em sua própria concepção do caráter absoluto, sacro, dos princípios e valores da Igreja Ortodoxa Russa. Sua expressão do ponto de vista da vontade reside em que os ocidentais seriam dotados de uma fraqueza da vontade, de falta de personalidade para o combate, visto que justificam sua inércia ou passividade pelo relativismo, pela dedicação aos bens materiais, enquanto os valores russos confeririam firmeza à vontade, à decisão de lutar e de ir à guerra.

■ O princípio da inseparabilidade

Consequentemente, Ilyin defende o princípio da inseparabilidade entre o Estado e a Igreja: o primeiro sem o segundo sendo um mero mecanismo sem força espiritual, enquanto o segundo sem o primeiro seria um espírito sem corpo, ineficaz. Trata-se de unir no exercício do poder o guerreiro e o monge, cada um exercendo suas funções em uma determinação recíproca, ambos irmanados em uma mesma missão escatológica, de salvação⁷. O Tsar, depois na história russa o Secretário-Geral do Partido comunista, e, hoje, o Presidente, deveria ser santificado, veiculando uma obediência de tipo religioso, não podendo ser somente um exercício da vontade de poder, em cujo caso seria um mero exercício arbitrário deste. A inseparabilidade entre os poderes estatal e eclesiástico exige obediência incondicionada. Eis, pois, a sua crítica às concepções católica e protestante ocidentais, baseadas, por sua vez, na

separação entre essas duas instâncias, fonte para a afirmação de uma universalidade humana para além dos caracteres absolutos de uma religião determinada. A universalidade ocidental afirma-se em contraposição à determinação absoluta de qualquer religião, devendo todas prestar contas a uma universalidade moral.

A obra de Carl Schmitt, *O conceito do político*, foi publicada em 1927, enquanto sua edição ampliada e revisada em 1932. O livro de Ivan Ilyin é de 1925. No entanto, chama atenção o fato de Ilyin apresentar uma concepção do inimigo semelhante à de Schmitt, caracterizado não do ponto de vista pessoal, mas desde a perspectiva dos “inimigos da causa de Deus na terra”⁸. O inimigo é, portanto, aquele que é denominado enquanto tal por aqueles que o combatem, sendo os combatentes os que conjugam em si a ação espiritual, unificada, da Igreja e do Estado. São eles os agentes políticos – e civilizatórios em projetos expansionistas como os militares –, os que decidem pelos destinos alheios.

Outros credos, outras religiões e civilizações, comportamentos materialistas e hedonistas e atitudes livres se tornam, assim, figuras do inimigo a ser combatido e aniquilado. Os inimigos de Deus não podem ser objeto do amor cristão⁹, estando este destinado somente aos inimigos pessoais. Em um escrito posterior¹⁰, de 1937, o mundo é visto sob a ótica de uma ausência de sentido, na medida em que se caracteriza pelo abandono da religião e, mais particularmente, da cultura e da religiosidade cristãs, pela ciência, identificada ao materialismo, e por uma política secular. Logo, tanto o capitalismo quanto o socialismo e o comunismo são perniciosos por não estarem baseados em Deus.

Acontece que a noção ilyiniana de inimigo não se refere apenas a um inimigo político em sua acepção restrita, mas a um inimigo em sua acepção cultural, civilizatória e espiritual¹¹. Em Schmitt, o inimigo é qualificado politicamente, enquanto em Ilyin ele adota uma forma religiosa, sob o abrigo doutrinário da Igreja Ortodoxa Russa. Há, portanto, um embate cultural – poderíamos dizer civilizatório –, segundo o qual cada contendor veicula e transmite os seus valores, afirmando os seus e, também, contaminando ou rotulando os outros sob o signo da maldade. Deveria, então, do ponto de vista de uma cultura superior – a russa –, haver um combate sistemático a qualquer tipo de contaminação, de infecção cultural, que viesse a minar seus pressupostos e princípios. Daí se segue a eliminação dos seus agentes transmissores.

■ O espaço territorial não é só geopolítico, mas sacro

Neste sentido, o espaço territorial do Estado é considerado por Ilyin um espaço não apenas político e geopolítico, mas sacro¹², visto que nele se afirmam os valores e princípios da religião. Nele se exerce o poder da espada, da coerção,

baseado nos valores que estruturam esta forma de vida comunitária. Não haveria, portanto, lugar para conceber a organização estatal do ponto de vista constitucional enquanto baseada, por exemplo, em uma declaração universal dos direitos humanos, pois seria ela destituída do caráter sacro da autoridade. Espaço sacro significa espaço necessariamente particular, não podendo ser remetido a qualquer justificativa de tipo universal que o transcenderia.

O espírito anti-iluminista, antirrevolução francesa, é particularmente claro. Seu alvo é o Ocidente. A espada torna-se santificada, o que significa dizer que a violência religiosamente amparada é justificada, não somente em relação aos transgressores das leis, aos crimes comuns, mas aos portadores de outros valores e princípios, justificando qualquer ação militar externa. A espada santificada é a da invasão da Ucrânia, podendo estender-se para os países bálticos e a Polônia.

Logo, em sua consideração geopolítica, haveria uma grande guerra escatológica em curso entre as forças servas de Deus e as forças do inferno¹³, em uma espécie de luta à morte, cujo desenlace é a morte daquele que passou a ser considerado como um inimigo. A espada torna-se escatológica, inscrita em uma grande Teodiceia guerreira, justificando ações militares. Mais concretamente ainda, partindo da premissa de que Jesus é o Senhor, trata-se de seguir os seus ensinamentos e viver existencialmente e comunitariamente a experiência da Cruz e do Sacrifício.

A morte e o sacrifício passam a fazer parte da cena político-religiosa e geopolítica, compreendida não como o destino de um processo natural, porém como meio de reencenação da experiência de Cristo¹⁴. Um verdadeiro cristão deve se preparar para matar em nome de Deus, devendo assumir essa sua missão na Terra.

■ Notas

1 Laqueur, Walter. *Putinism. Russia and its future with the West*. New York, Thomas Dunne Books/St. Martin's Press, 2015, p. 178-9. Cf. também Snyder, Timothy. *The Road to Unfreedom*. New York, Tim Duggan Books, 2018, p. 15-35.

2 Ibid., p. 178.

3 Ibid., p. 180.

4 Ilyin, Ivan Alexandrovich. *On Resistance to Evil by Force*. Svolen, Slovakia/London, Taxiarch Press/K. Benois, 2018, p. 8.

5 Ibid., p. 13.

6 Ibid., p. 87.

7 Ibid., p. 206-7.

8 Ibid., p. 123.

9 Ibid., p. 127.

10 Ilyin, Ivan. *Foundations of the Christian Culture*. Waystone Press, 1937.

11 Ilyin, op. cit., p. 142.

12 Ibid., p. 146.

13 Ibid., p. 163.

14 Ibid., p. 190.

Entre amizade e interesses: a complexa história Brasil–EUA



■ **GUSTAVO H. R. PESSOA** é economista, doutorando em Finanças (FGV-SP) e doutor em Economia (UFP, Portugal). Fundador e diretor-executivo da Taleb Capital e do Kipling Fund (Nova York)

A relação entre Brasil e Estados Unidos não nasceu de tratados formais nem de alianças declaradas, mas de encontros discretos, comércio cotidiano e a capacidade de ambos transformarem simpatia em rotina. Sua história começa antes mesmo da Independência brasileira, quando ideias vindas da América do Norte circulavam clandestinamente em vilas coloniais. Constituições estaduais norte-americanas eram copiadas em Minas Gerais e discutidas como precedentes para a ruptura com Portugal. Em 1787, José Joaquim Maia e Barbalho encontrou-se em Paris com Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos, sondando apoio a uma eventual insurreição no Brasil. Jefferson recusou compromissos, mas registrou a conversa, revelando que a nova república do Norte observava com cautela os movimentos de autonomia no sul do continente. Esse episódio inaugurou um padrão: afinidades ideológicas raramente se traduziam em compromissos automáticos, e o pragmatismo seria a regra.

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, e a abertura dos portos deram início à fase prática. Navios norte-americanos passaram a frequentar Salvador e Rio de Janeiro, trazendo farinha, madeira e têxteis, e levando açúcar, algodão e, progressivamente, café. A nomeação de Henry Hill como primeiro cônsul americano institucionalizou a relação, convertendo improvisto em previsibilidade. O reconhecimento da independência brasileira em 1824 e o Tratado de Amizade e Comércio de 1828 consolidaram esse quadro: amizade expressa em protocolos e comércio regulado por cláusulas de “nação mais favorecida”.

Ao longo do século XIX, o café tornou-se a mercadoria emblemática da interdependência. O consumo nos Estados Unidos disparou e consolidou Nova York como referência para preços internacionais. Casas comerciais, bancos e companhias de navegação moldaram uma engrenagem que ligava plantações paulistas a cafés nova-iorquinos. Quando incidentes ameaçaram esse equilíbrio, a

diplomacia mostrou sua função reparadora. Em 1864, o cruzador confederado CSS Florida foi capturado em Salvador por um navio da União, violando a neutralidade brasileira. O Império protestou, Washington pediu desculpas e saudou a bandeira imperial em cerimônia solene. O comércio seguiu e a lição ficou: soberania se afirmava com ritos diplomáticos e a relação maior era preservada.

Dom Pedro II acrescentou ciência e cultura a essa agenda. Sua viagem aos Estados Unidos, em 1876, incluiu a Exposição da Filadélfia, onde assistiu à demonstração do telefone de Alexander Graham Bell, e uma visita a Thomas Edison em Menlo Park. A imprensa americana exaltou sua curiosidade científica, projetando a imagem de um Brasil moderno, ainda que escravocrata. No mesmo período, imigrantes sulistas — os “confederados” — estabeleceram-se em São Paulo após a Guerra Civil, trazendo técnicas agrícolas e criando comunidades que, embora pequenas, simbolizaram a normalização da presença americana no Brasil.

■ Brasil como parceiro alinhado

A Primeira República coincidiu com o fortalecimento do panamericanismo. A conferência de 1906, no Rio de Janeiro, presidida por Joaquim Nabuco e prestigiada por Elihu Root, foi marco da “aliança não escrita” descrita por Rio Branco. A cooperação não se materializou em tratados de defesa, mas em padronizações consulares, sanitárias e estatísticas que reduziram atritos e consolidaram a previsibilidade do relacionamento. Esse capital acumulado foi decisivo quando crises globais cobraram ação coordenada.

Durante a Primeira Guerra, o Brasil declarou guerra à Alemanha em 1917, enviando uma divisão naval ao Atlântico e participando simbolicamente da Conferência de Versalhes. Mais importante do que a contribuição militar foi a legitimação internacional do Brasil como parceiro alinhado. Essa experiência seria ampliada na Segunda Guerra. A Política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt já havia adensado laços culturais e políticos. Filmes, rádios e revistas reforçavam a ideia de fraternidade hemisférica, e a presença de Carmen Miranda, em Hollywood, ou do personagem Zé Carioca, nos estúdios Disney, criava familiaridade com o público americano. Quando os torpedeamentos alemães atingiram navios brasileiros em 1942, a entrada formal na guerra foi seguida de cooperação inédita.

A Base Aérea de Parnamirim, em Natal, tornou-se o “trampolim da vitória” para operações no Atlântico e na África. A Força Expedicionária Brasileira combateu na Itália, enquanto pilotos do 1º Grupo de Caça se integraram a esquadrões aliados. Em troca, o Brasil obteve investimentos estratégicos: a Companhia Siderúrgica Nacional, a reorganização do setor mineral e obras de infraestrutura

que deram lastro ao processo de industrialização. Segurança e desenvolvimento foram, nesse momento, duas faces da mesma moeda.

No pós-guerra, a lógica da Guerra Fria trouxe novo desafio. O governo Dutra alinhou-se de forma explícita aos Estados Unidos, rompendo com a União Soviética e aderindo ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e à Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas a busca por autonomia não desapareceu. O segundo governo Vargas e, mais tarde, Juscelino Kubitschek, procuraram barganhar cooperação em troca de apoio a projetos de desenvolvimento, como o BNDES, a Petrobras e a Operação Pan-Americana. Essa tensão entre alinhamento e autonomia marcaria a política externa brasileira até a redemocratização.

O regime militar (1964–1985) reforçou inicialmente o alinhamento. Castelo Branco e Costa e Silva aproximaram-se dos EUA em segurança e economia. Mas, a partir de Geisel, o Brasil buscou afirmar independência, diversificando parceiros, reconhecendo a China e firmando um acordo nuclear com a Alemanha. A denúncia do acordo militar de 1952 e os atritos com a administração Carter, que priorizava direitos humanos, mostraram que a "aliança não escrita" tinha limites. Ainda assim, a cooperação técnica e o comércio permaneceram.

Com a redemocratização, a relação voltou a ser recalibrada. Sarney enfrentou a crise da dívida e trouxe a Amazônia para a pauta internacional. Collor promoveu abertura econômica e sediou a Rio-92, consolidando o tema ambiental como eixo da agenda bilateral. Itamar Franco deu centralidade ao Mercosul e tratou com cautela a proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Fernando Henrique Cardoso institucionalizou uma parceria estratégica, coordenou posições na Organização Mundial do Comércio (OMC) e recebeu apoio em crises cambiais, mas também enfrentou contenciosos agrícolas.

■ **Cooperação climática deu resiliência à parceria**

Nos anos 2000, o Brasil de Lula buscou "autonomia pela diversificação", aproximando-se do Sul global e do BRICS, mas mantendo cooperação em áreas como biocombustíveis e operações de paz. As divergências vieram com o Iraque, o Irã e, em 2013, com as revelações da espionagem da National Security Agency (NSA) sobre Dilma Rousseff e a Petrobras. A crise de confiança foi profunda, mas a cooperação climática em 2015 mostrou a resiliência da parceria. Temer retomou pragmatismo regulatório e aproximação com a OCDE. Bolsonaro, em alinhamento ideológico inédito com Donald Trump, obteve gestos como o status de aliado extra-OTAN, mas enfrentou tensões ambientais com Biden. Em todos esses episódios, a camada técnica de defesa, comércio e ciência garantiu continuidade, mesmo quando a política oscilava.

Ao longo de mais de dois séculos, repete-se a mesma fórmula. O comércio funcionou como cimento; a geografia, como trunfo estratégico; a segurança, como linguagem compartilhada; o desenvolvimento, como moeda de negociação; e a ciência e a cultura, como amortecedores de atritos. Amizade e cálculo não se excluíram: caminharam juntos. O desafio contemporâneo é aplicar essa gramática a novas agendas. Energia limpa, bioeconomia amazônica, governança digital e saúde global são os "cafés" do século XXI, mercadorias e ideias que podem dar substância a uma interdependência renovada.

O balanço histórico sugere que a longevidade da relação não deriva de afinidades abstratas, mas da capacidade de transformar interesses em instituições, divergências em protocolos e oportunidades em obras concretas. Quando ambos os países compreenderam essa lógica, a amizade prosperou. Quando a ignoraram, emergiram crises. O futuro dependerá da escolha de manter viva a combinação que, desde 1808, sustenta o diálogo: pragmatismo, previsibilidade e resultados. ■

■ Referências bibliográficas

- ABBINK, J. (1951). Relatório da Missão Técnico-Econômica Brasil-EUA. Washington, DC: US Technical Mission to Brazil.
- BACON, R., & Scott, J. B. (Eds.). (1916). Latin American addresses (E. Root). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BAER, W. (2008). A economia brasileira (6ª ed.). São Paulo: Nobel.
- BARMAN, R. J. (1999). Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825–1891. Stanford: Stanford University Press.
- BETHELL, L. (Ed.). (1987–1993). The Cambridge History of Latin America (Vols. 3–5). Cambridge: Cambridge University Press.
- BURNS, E. B. (1970). The unwritten alliance: Rio Branco and Brazilian-American relations. New York: Columbia University Press.
- CERVO, A. L., & Bueno, C. (2010). História da política exterior do Brasil (3ª ed.). Brasília: Editora UnB.
- COOKE, M. (1942–1943). Relatórios da Missão Cooke ao Brasil. Washington, DC: National Archives; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- DAWSEY, C. B., & Dawsey, J. M. (Eds.). (1995). The Confederados: Old South immigrants in Brazil. Tuscaloosa: University of Alabama Press.
- FURTADO, C. (2007). Formação econômica do Brasil (34ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- HERSHBERG, J. (2004). The crisis that lasted 13 days: Cuba, the United States, and the Brazilian connection. *Journal of Cold War Studies*, 6(2), 3–36.
- HILTON, S. (1975). Brazil and the Great Powers, 1930–1939. Austin: University of Texas Press.
- HIRST, M. (2009). Brasil–Estados Unidos: Desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOCHMAN, G. (2012). A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec.
- MARINHA DO BRASIL. (2001). História Naval Brasileira (Vol. 3). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- MAXIMIANO, C. C. (2004). Barbudos, sujos e fatigados: Soldados brasileiros na II Guerra Mundial. São Paulo: Grua.
- MCCANN, F. D. (2018). Brazil and the United States during World War II and its aftermath. New York: Palgrave Macmillan.

- MOURA, G. (1980). *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MOURA, G. (1984). *Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense.
- NABUCO, J. (2011). *Minha formação* (ed. crítica). São Paulo: Ed. Unesp.
- OFFICE OF THE HISTORIAN, U.S. Department of State. (1906–). *Foreign Relations of the United States (FRUS)*. Washington, DC: Government Printing Office.
- SADLIER, D. J. (2012). *Americans All: Good Neighbor cultural diplomacy in World War II*. Austin: University of Texas Press.
- SEXTON, J. (2011). *The Monroe Doctrine: Empire and nation in nineteenth-century America*. New York: Hill and Wang.
- SKIDMORE, T. E. (2010). *Brasil: De Getúlio a Dilma* (ed. rev.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOTA, A. P. (2000). *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VILLAFANE SANTOS, L. C. (2003). *O Brasil entre a América e a Europa: O panamericanismo e as relações com os Estados Unidos na Primeira República*. São Paulo: Unesp.



“O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de reinserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional”

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente



IRICE)) Instituto de Relações Internacionais
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – irice@irice.com.br

www.irice.com.br

19 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL

INTERESSE NACIONAL

ANO 18 • NÚMERO 71 • OUTUBRO-DEZEMBRO 2025
www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Excepcionalismo americano

Luiz Gonzaga Belluzzo

Pax Americana, Pax Sinica e o Brasil

Carlos Alberto Primo Braga

A história das grandes guerras mundiais se repetirá?

Roberto Giannetti da Fonseca

Relações Brasil-EUA na era Trump

Stanley Gacek e Anthony W. Pereira

Emendas Parlamentares: saga do esgarçamento nas relações de poder no Brasil

Bruno Morassutti, Guilherme France, Juliana Sakaï,
Katia Brembatti e Roberto Liviano

República das Bets: riscos e silêncios no jornalismo esportivo

Alisson Coelho

Entre a desesperança e a esperança: o papel do jornalismo

Rodrigo Lara Mesquita

A ideia do interesse nacional e da ferramenta diplomática

Paulo Roberto de Almeida

ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



LeMídia
cultivando jornalismo

Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br